



Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

A Democracia em S.Tomé e Príncipe, Instabilidade Política e as
Sucessivas Quedas dos Governos

Gualter Sousa Pontes da Vera Cruz

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Ciência Política

Orientadora:

Doutora Ana Belchior, Professora Auxiliar,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2014



Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

A Democracia em S.Tomé e Príncipe, Instabilidade Política e as
Sucessivas Quedas dos Governos

Gualter Sousa Pontes da Vera Cruz

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Ciência Política

Orientadora:

Doutora Ana Belchior, Professora Auxiliar,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2014

Agradecimentos

A realização desta dissertação marca o fim de uma importante etapa da minha vida. Para a concretização desta dissertação, foram várias as pessoas que participaram e tornaram possível a concretização deste projeto.

Em primeiro lugar, agradeço à minha orientadora, a Professora Ana Belchior, e ao Doutor Gerhard Seibert pela paciência e o tempo que disponibilizaram para me apoiarem nesta tarefa. À minha mulher, pelo apoio que me deu, a compreensão, a confiança, o incentivo e a tolerância que teve para com o tempo que disponibilizei ao trabalho, e aos meus filhos, Leonor e Leonardo, um agradecimento muito especial.

Agradeço também à Edalina Sanches, Carlos Fontes aos meus colegas, em especial o Francisco Graça, à Cristina Marinho, ao Carlos Teixeira e aos meus amigos, principalmente Hamilton Araújo, pelas palavras de conforto e partilha de conhecimento.

Muito obrigado a todos

Resumo

Com o título a *Democracia em São Tomé e Príncipe, Instabilidade Política e as Sucessivas Quedas dos Governos*, esta dissertação visa perceber as causas das várias demissões dos Governos e o envolvimento dos órgãos de soberania (Assembleia Nacional, Presidente da República e os Primeiros-Ministros) nas quedas dos Governos. Para isso, em primeiro lugar, faz-se uma análise descritiva do período de 1975 a 1990, que corresponde ao período do regime monopartidário, para perceber como e quem são os protagonistas do período do regime monopartidário que estiveram na passagem para o multipartidarismo em 1990. Esta dissertação concentra-se na análise do período entre 1990 a 2014, à procura de uma explicação para as sucessivas quedas dos Governos no mesmo período.

A transição para a democracia em São Tomé e Príncipe (STP) foi feita com a alteração da Constituição, o que permitiu o surgimento de novos partidos, delimitando-se claramente os poderes dos órgãos de soberania. A transição não foi precedida por clima de conflito ou mesmo de instabilidade política, económico e social, e o poder político iniciou e conduziu a transição até às eleições gerais democráticas sem atropelos e com a aceitação de todos os envolvidos na transição democrática, dos resultados eleitorais obtidos. Tratou-se por isso de uma transição gradual e pacífica para o regime democrático. Partindo do pressuposto que a transição não terá sido fator de instabilidade, a presente pesquisa debruça-se sobre as razões das sucessivas quedas dos Governos e da instabilidade política a três níveis (o papel dos Presidentes da República, das moções de censura e o envolvimento dos Primeiros-Ministros nas quedas dos Governos).

A pesquisa apoia-se na recolha de informação junto de informantes chave (ex-Primeiros-Ministros e ex-Ministros) e baseia-se em documentação privilegiada, como depoimentos escritos e publicações nos jornais *online*, de forma a compreender em profundidade as razões e os processos na génese da referida instabilidade. Em suma, a escolha de São Tomé e Príncipe e o tema “a democracia em São Tomé e Príncipe e as sucessivas quedas dos Governos” têm um grande objetivo: compreender as condições existentes (políticas, sociais e históricas) que proporcionaram as sucessivas quedas dos Governos eleitos democraticamente, e verificar se a instabilidade política provém de uma má relação institucional entre os diversos órgãos do poder (Presidente, Assembleia da República e o Governo).

Palavras-chave: Democracia, Instabilidade, Estado, Governo, Regimes, Clientelismo e Políticos.

Abstract

With the title, Democracy in Sao Tome and Principe, Political Instability and Successive falls of governments, this dissertation aims to understand the causes of the various dismissals of governments and involvement of state bodies (National Assembly, the President and the Prime Ministers) in the fall of governments. For this, firstly is made a descriptive analysis of the period between 1975-1990, the period that corresponds to the one-party system, for realize how and who are the protagonists of the said period and how to if made the transition to the system multi party in 1990. This dissertation concentrates on the analysis of the period between 1990 to 2014, looking for an explanation for the successive falls of the governments in the same period.

The transition to democracy in Sao Tome and Principe (STP) made was with the amendment of the Constitution, the allowed the emergence of new parties, delimiting is clearly the powers of the organs of sovereignty. The transition wasn't preceded by a climate of conflict instability or even political, economic and social, the political power initiated and led the transition to the general democratic elections without mishap and with the acceptance of everyone involved in the democratic transition, and the results obtained of election. Treated it if, that is why of a gradual and peaceful transition to democracy. Assuming that the transition has not been a factor of instability, the present research focuses on the reasons the successive falls of governments and the political instability at three levels (the role of Presidents of the Republic, the censure motions and the involvement of Prime Ministers in fall of governments).

The research relies on the collecting information from key informants (former Prime Ministers and ex-Ministers) and she is based on privileged documentation, how the affidavits written and publications on online newspapers, in order to if understand in depth the reasons and the processes in genesis of that instability. In sum, the choice of Sao Tome and Principe and the theme "Democracy in Sao Tome and Principe and the successive falls of Governments" have a big objective: to understand the existing (political, social and historical) conditions that afforded the the successive falls of Governments democratically elected, and verify if political instability comes from a bad institutional relationship between the various organs of power (President, Assembly National and the Government).

Keywords: Democracy, Instability, State, Government, Regimes, Clientelism and Political

ÍNDICE

Agradecimentos	i
Resumo	iii
Abstract	v
Abreviaturas	ix
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - DEMOCRACIA E A INSTABILIDADE POLÍTICA EM ÁFRICA: O CASO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	5
1.1. Da Independência ao Monopartidarismo	5
1.2. A Transição Democrática e o Sistema Político.	7
1.3. Os Regimes Democráticos: o semipresidencialista e o presidencialista	11
1.4. Regime Democrático e Instabilidade Governativa	14
CAPÍTULO II - DESENHO METODOLÓGICO	19
1. Notas Metodológicas	19
CAPÍTULO III - QUEDAS DOS GOVERNOS E A INSTABILIDADE POLÍTICA EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	23
1. Declínio do Regime, as Primeiras Eleições Livres e o Desenho Partidário em STP	23
2. Demissões dos Governos por parte dos Presidentes	29
3. Demissões dos Governos através das Moções de Censura	34
4. Demissões dos Governos por Iniciativa dos Primeiros-Ministros	39
CONCLUSÃO	43
BIBLIOGRAFIA	45
FONTES	48
SITES PESQUISADOS	49
ANEXOS	I

Abreviaturas

STP	São Tomé e Príncipe
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
FMI	Fundo Monetário Internacional
BAD	Banco Africano para o Desenvolvimento
MLSTP- PSD	Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe- Partido Social Democrata
CLSTP	Comité de Libertação de São Tomé Príncipe
PCD - GR	Partido de Convergência Democrática- Grupo de Reflexão
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ADI	Acção Democrática Independente
UDD	União dos Democratas para Cidadania e Desenvolvimento
MDFM-PL	Movimento Democrático Forças da Mudança-Partido Liberal
AN	Assembleia Nacional
PR	Presidente da República
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
PSD	Partido Social Democrata
GR	Grupo de Reflexão

INTRODUÇÃO

Nos anos 60, durante o processo de descolonização, as grandes potências colonizadoras, França e Inglaterra, criaram condições no sentido de que os países do continente africano, como Nigéria, Senegal, Gabão, entre outros, enveredassem por um regime democrático. Rapidamente os resultados que se verificaram demonstraram uma experiência nada abonatória desses países. Sobre tal situação Fukuyama (2006: 15-16) advoga que, na sequência da descolonização de muitos países, entre eles os países Africanos, a construção do Estado se fizeram meramente no plano formal, pois quase todos seguiram o modelo dos antigos regimes dos países colonizadores. Ao longo do tempo, nesses países começaram a erguer--se modelos de governação conforme a sua própria especificidade cultural, uns com cariz militar e outros apoiados por um só partido. Também Cabo Verde, São Tomé e Príncipe (STP) e outras colónias portuguesas não adotaram o pluralismo político-partidário logo após a independência em 1975, tendo antes enveredado por um regime monopartidário, baseado no modelo soviético¹, que durante muito tempo beneficiou do contexto internacional da Guerra Fria.

A conflitualidade política em STP marca logo os primeiros anos do mandato do regime de partido único. Manuel Pinto da Costa como Presidente do país e Miguel dos Anjos da Cunha Lisboa Trovoada como primeiro-ministro (até 1978) entraram em conflito após acusações que recaíram sobre Miguel dos Anjos da Cunha Lisboa Trovoada, no quadro do recenseamento da população em 1979. Como consequência, o primeiro-ministro foi acusado de uma tentativa de golpe de Estado em que o nome do ex-ministro de saúde, Carlos Graça, também foi envolvido. Por isso Miguel dos Anjos da Cunha Lisboa Trovoada foi detido e encarcerado vinte meses sem julgamento. A partir deste acontecimento o regime passou a preocupar-se em fortalecer a sua posição junto dos opositores, em vez de dar maior atenção à governação do país, principalmente no aspeto económico (Seibert, 2002; Graça, 2011). Por isso, segundo Évora (2004), os maus resultados dos países Africanos em várias vertentes, tais como na económica e na política, levou a que o rumo político se alterasse. Na economia os maus resultados justificam-se por os sistemas se terem baseado numa indústria incipiente, mal planificada pelo Estado e muito dependente financeiramente dos doadores. No que concerne à política, os regimes políticos eram fechados e não permitiam concorrência partidária. Isso levou a que em 1991, em La Baule, na cimeira Franco-Africana o Presidente francês François Mitterrand apelasse à democratização de África. Mas muito antes deste apelo, em 1989, atores políticos de STP, encabeçados pelo Presidente da República (PR), Manuel Pinto da Costa, por iniciativa própria tinham optado por inverter o regime político e passar ao multipartidarismo. Segundo Seibert (2002: 192-193), o fracasso das políticas económicas colocou o país numa situação financeira frágil e os dirigentes, na tentativa de encontrarem soluções junto de novos doadores e parceiros económicos, com as suas novas políticas, afastaram o país dos antigos aliados socialistas.

¹ Foi na URSS que se estabeleceu, após a Revolução de 1917, o primeiro sistema socialista moderno. Serviu naturalmente de modelo aos outros que se estabeleceram depois de 1945 (Duverger, 1985: 465).

Em consequência, S. Tomé e Príncipe teve que lançar as bases para uma economia de mercado e fazer a passagem do regime em que um só partido tinha controlo sobre todo o aparelho estatal, para o multipartidarismo. Em 1989, São Tomé e Príncipe juntamente com Cabo Verde foram os primeiros Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) a pôr em marcha um processo de renovação do regime político sem recurso às armas, colocando assim fim ao regime monopartidário, com a realização em STP das eleições livres e democráticas em 1991.

Para diversos autores, a democratização em África resulta de uma combinação de fatores externos e internos (Chabal, 1996: 149; Macuane, 2000). Por isso, São Tomé e Príncipe, por um lado com pressões externas provenientes principalmente da França e a perda do apoio soviético devido à queda do regime, que em grande medida apoiava os regimes monopartidários em África e, por outro lado, com um ambiente interno cheio de contestatários contra o regime liderado pelo Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP), não teve outro caminho a não ser a democratização (Seibert, 2002). Mas este caminho de democratização em muitos países africanos foi feito de grandes conflitos étnicos e políticos.

Neste contexto, de entre a literatura existente sobre o processo de democratização e pós-transição em STP observa-se pouca preocupação em compreender em profundidade as razões da grande instabilidade governativa que caracterizou o país após a transição. Há estudos como o de Santo, (2008) e Santo (2009) que se debruçam principalmente sobre as consequências das instabilidades política na economia de STP, ou do Seibert (1998); (2001) que descreve nas suas obras causa da instabilidade política em STP, como sendo económico, clientelismo político, ou ainda a falta de uma boa preparação dos autores políticos. Em nenhum momento as obras existentes procuram encontrar a causa da instabilidade política de STP através da relação entre órgãos do país. É desta forma que consideramos que é necessário aprofundar o estudo nesta vertente para complementar com outros estudos já efetuados. Deste modo, a presente pesquisa debruça-se sobre esta questão explorando as razões da instabilidade a três níveis (o papel dos Presidentes da República, das moções de censura e dos Primeiros-Ministros²), recolhendo informação junto de informantes-chave (ex-Primeiros-Ministros e ex-Ministros) e com base em documentação privilegiada, de forma a compreender em profundidade as razões e os processos na génese da referida instabilidade.

Esta pesquisa justifica-se porque, entre os países que após um período longo sob o regime monopartidário se democratizaram, São Tomé e Príncipe é um caso singular: não se democratizou em resultado da pressão dos militares, nem de conflitos étnicos, mas sim de uma vontade própria dos agentes políticos da altura. Mesmo assim, passados 23 anos após as primeiras eleições livres no país, nenhum Governo cumpriu até ao fim o mandato para o qual havia sido eleito. Por estas razões, o

² São estes os três elementos para análise, tendo em conta que são peças fundamentais para o equilíbrio do sistema democrático.

relatório do African Development Bank Group³ de 2012 considerou STP um estado frágil. (ADB, 2012: 8-11)

Tendo em conta estes dados e por existirem poucos estudos sobre STP, os que existem concentram-se sobre o aspeto económico do país e sobre questões relacionadas com a corrupção (Santo, 2008: 2009; Seibert, 1998: 2001), ou ainda sobre o período em que o país esteve como matriz de referência o regime socialista e o peso do socialismo com a passagem para o regime democrático (Seibert, 2002; Sanches, 2010). Ao contrário dos outros trabalhos, esta investigação visa perceber a importância e o papel dos órgãos do estado (Presidente da República, Governo e Assembleia Nacional (AN)) nas sucessivas e diversas quedas dos Governos, tendo em conta que em termos oficiais os Governos de STP atribuíram quase sempre a responsabilidade da respectiva demissão, ao PR ou a AN, mesmo quando a demissão foi da iniciativa do Governo. Pretende-se compreender em termos de funcionamento institucional porque nenhum dos 17 Governos que STP teve desde a instauração do multipartidarismo em 1990 conseguiu completar o mandato de quatro anos.

Por isso, a escolha de São Tomé e Príncipe como caso de estudo e o tema “a democracia em São Tomé e Príncipe e as sucessivas quedas dos Governos” têm um grande objetivo: compreender as condições políticas institucionais existentes que proporcionaram as sucessivas quedas dos Governos eleitos democraticamente. Os principais objetivos desta pesquisa são:

a) Verificar se a instabilidade política provém de uma má relação entre os diversos órgãos do poder (Presidente da República, Assembleia Nacional e o Governo).

b) Verificar o papel de cada órgão (Presidente da República, Assembleia Nacional e o Governo) na instabilidade política.

A dissertação está organizada em três capítulos. No primeiro capítulo sistematiza-se a literatura que relaciona a democracia e a instabilidade política em África, com destaque para São Tomé e Príncipe. Fazendo-se uma descrição de como foi feita a passagem do regime monopartidário para o regime democrático e destacando-se algumas características do regime democrático, em especial o presidencialismo e o semipresidencialista de STP. O segundo capítulo debruça-se sobre o desenho metodológico da pesquisa dando destaque principalmente ao método utilizado para atingir os objetivos deste trabalho. Por último, no terceiro capítulo faz-se a análise das quedas dos Governos e da instabilidade política em São Tomé e Príncipe, onde a maior preocupação é encontrar as justificações das quedas dos Governos através dos protagonistas diretos, como PR, o Governo e AN.

³ Banco Africano para Desenvolvimento.

CAPÍTULO I - DEMOCRACIA E A INSTABILIDADE POLÍTICA EM ÁFRICA: O CASO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

1.1. Da Independência ao Monopartidarismo

Segundo Cranenburgh (2008: 954), após a independência, alguns países africanos tiveram como modelo de referência os sistemas políticos dos seus antigos colonizadores. Por exemplo, as ex-colônias inglesas seguiram a via parlamentar, o sistema de Governo vigente nos seus antigos colonizadores. A Guiné Equatorial, que se tornou independente de Espanha em 1968, o Senegal e a Costa de Marfim, que se libertaram e se tornaram livres dos Franceses em 1958, também adotaram os sistemas de Governo dos seus colonizadores. Mas passados alguns anos, esses países à semelhança dos outros países que não foram por via dos regimes democrático que era praticado por seus colonizadores, esses países criaram os seus próprios regimes, adicionaram características próprias como restrições ao multipartidarismo e fortaleceram o poder do Presidente como Évora (2004) refere com o argumento de que um Presidente forte é melhor para o desenvolvimento do país e a coesão nacional. Criaram desta forma condições para o monopartidarismo.

Refira-se desde já o que se entende por monopartidarismo. São diversas as definições e significados que se atribuem ao monopartidarismo. Para Macuane (2000), o regime monopartidário significou para os países Africanos repressão à contestação ou a qualquer tipo de manifestação de pluralismo político. Para Araújo (2000: 53-55), era uma estrutura política em que o poder se concentrava no “Partido-Estado” e que tinha como matriz principal a defesa da unidade nacional. Évora (2004: 72) define-o como o regime em que um único partido possui legitimidade para estabelecer e coordenar tudo de um país: o programa político, económico, social e cultural do Estado. Como advoga Lipset (1992: 165), o funcionamento do monopartidarismo era enraizado na mobilização da população contra qualquer coisa, nem que fosse contra conspirações no seio da comunidade. Segundo Évora (2004: 71), que cita Linz e Stephan, um regime monopartidário pode possuir características totalitárias ou autoritárias. Para esses mesmos autores, o regime autoritário é definido como o sistema político “com pluralismo limitado e não responsável, sem uma ideologia complexa que os norteasse, mas com mentalidades bem características, sem mobilização política extensiva, exceto em alguns momentos do seu desenvolvimento, no qual um líder, ou às vezes um grupo, exerce o poder dentro dos limites formalmente mal definidos que, no entanto, são bastante previsíveis” (Évora, 2004: 71). Esta forma de ver o regime vai ao encontro do que Bobbio (1996: 121) considera como um Estado totalitário. Para o autor, toda a sociedade está resolvida no Estado, na organização do poder político, onde concentra para si o poder ideológico e o motor económico. Por isso, Évora (2004: 71) refere que o monopartidarismo, ou melhor, o seu líder, tem como objetivo central implantar um Estado forte, com controlo de todas as atividades políticas do país.

Após o 25 de abril de 1974 (Revolução dos Cravos), os países Africanos⁴ colonizados por Portugal tiveram o caminho livre para a independência. Após a independência todos os países enveredaram para o regime monopartidário. É de referir que na altura, em África, existia um grande número de grupos étnicos e tribais que na defesa dos seus interesses, punham em causa a coesão de alguns países. É neste contexto Africano que STP se tornou independente de Portugal em 12 Julho de 1975 e é entregue pelo então Governo português ao único representante do povo reconhecido, o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP), na altura comandado por Manuel Pinto da Costa.⁵ Com o apoio de Portugal e o contexto internacional favorável para o MLSTP, o país enveredou por um regime monopartidário de inspiração marxista-leninista (Seibert, 2002; Araújo, 2000).

Como refere Seibert (2009: 201), STP é uma sociedade crioula, relativamente homogénea em termos culturais, isenta de clivagens étnicas, regionais ou linguísticas. Tendo em conta estes pormenores, durante as negociações da descolonização, em novembro de 1974, aquando do acordo de Argel⁶, o chefe da delegação portuguesa, Almeida Santos, manifestou otimismo em relação ao país, avançando que STP dispunha de uma cúpula formada por pessoas capazes e verdadeiramente notáveis, tendo em conta a pequenez das ilhas (Seibert, 1998: 2). Os notáveis do país que o dirigente português refere, não se coibiram de enveredar por um regime onde um só partido tinha voz, o monopólio e também o controlo da esfera política e económica.

Tendo adotado o regime de partido único baseado no socialismo de estilo soviético, STP tinha como objetivo implantar um estado forte com uma sustentabilidade no poder popular (Évora, 2004: 71). Nessa lógica o partido único comandado pelo seu líder, Manuel Pinto da Costa, exercia um forte controlo sobre as chefias militares, na polícia, ou na magistratura. Os órgãos do partido transformaram o Estado (Nascimento, 2010: 45-53). No período do regime monopartidário o Estado apoderou-se do controlo económico – através das nacionalizações das roças⁷ e da criação de empresas estatais –, fazendo com que o rumo da economia se baseasse somente na planificação que era feita pelo Estado, indo ao encontro principalmente dos interesses das empresas públicas que eram lideradas por membros do partido. Durante este período o Estado são-tomense foi omnipresente em toda a esfera da sociedade, controlando a distribuição de bens materiais e dos privilégios políticos. Araújo (2000)

⁴ Cabo Verde, Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné Bissau.

⁵ Nascido em 5 de agosto de 1937, e licenciado em economia na antiga República Democrática da Alemanha (RDA), Manuel Pinto da Costa teve um papel importante na luta pela independência do país como secretário-geral do MLSTP. Foi com a sua liderança que STP enveredou para o regime de partido único. Foi o primeiro presidente de STP entre 1975 e 1991. Depois de vários anos fora do poder, desde 2011 é de novo Presidente da República de STP.

⁶ Foi um acordo assinado em Argel pelos representantes de Portugal com os movimentos de libertação dos países africanos de língua oficial portuguesa, onde é definida a independência dos mesmos.

⁷ Uma grande extensão de terra que corresponde a uma empresa agrícola, que emprega trabalhadores contratados e produz essencialmente monocultura para exportação.

refere que neste período, o Estado nada fez para o melhoramento da gestão da coisa pública, nem para o controlo do clientelismo político entre os militantes do partido. Araújo (2000) advoga ainda, que logo após a independência de STP os conflitos internos baseados em conspirações no seio do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP) conduziram-no a várias dissidências internas e clivagens na elite política e consequentemente criaram vários problemas económicos ao país (Araújo 2000: 107-108). Mas no que toca ao movimento (MLSTP) iremos falar com mais detalhes no capítulo III, mas desde já destacamos que o movimento foi criado em 1972 com o propósito de libertar STP do império Português.

No que concerne ao plano social, tudo era feito através das organizações partidárias, como a Juventude do Movimento de Libertação de STP (JMLSTP), e a Organização das Mulheres de STP (OMSTP), ambas criadas por elementos do partido (Évora, 2004: 74-77). Com estes procedimentos era claro que neste período não existia o direito à livre associação e nem a separação dos poderes políticos.

Durante o período do monopartidarismo em STP, o PR foi o comandante de todas as operações do Estado e a única pessoa com autoridade para regular todos os aspetos da vida pública. Neste período, através do clientelismo os militantes do partido tudo fizeram para conseguirem o melhor posicionamento na função pública, para melhor controlo do bem público. Nascimento e Cardoso (2008: 86) consideram que, neste período a cúpula do MLSTP enfrenta uma luta interna com o intuito de obtenção de posições políticas de destaque, para melhor posicionamento no aparelho de Estado. Mas, ao longo do tempo, vários fatores tais como, a queda do regime autoritário de Mathieu Kérékou⁸ em 1989 e os ventos da mudança do regime soviético liderado por Gorbatchov, assim como a queda do muro de Berlim e a libertação de Nelson Mandela em 1990, permitiram aos países Africanos ter uma visão diferente do mundo. Fomentaram a democracia e o fim do regime do partido único, e naturalmente a transição para a autogovernação e ao mesmo tempo a perda de protagonismo dos militantes dos partidos (Sanches, 2010: 2; Araújo, 2000; Gugliano, 2004; Sartori, 1994; Chabal, 1996: 149). A partir destes acontecimentos muitos países Africanos começaram a dar os primeiros passos para uma transição democrática.

1.2. A Transição Democrática e o Sistema Político.

Mas afinal, o que é uma transição democrática? E como se deu em STP? Antes de mais, para Cruz (2008: 272), “quase todas as revoluções que mudaram a face dos povos foram feitas para consagrar ou para destruir desigualdade. Ou foram os pobres que desejaram tomar os bens dos ricos, ou os ricos que procuraram aguilhoar os pobres.” Na transição democrática sucede o mesmo. Tem como finalidade tirar poder a um grupo de pessoas e permitir que seja possível uma maior participação dos cidadãos,

⁸ Governou Benim durante 29 anos sobre o regime marxista. Um líder Africano que apoiava muitos países em Africa.

usualmente os mais desfavorecidos, na política, na economia, na atividade social, defendendo-se os interesses do país sem discriminação da classe social. A transição democrática em termos comuns é o processo onde existe uma passagem de poderes, habitualmente sem força das armas, de um regime autoritário para um regime democrático. Neste a natureza da liderança é fundamental, especialmente em países com sistemas presidencialistas, porque os legados da ditadura ou do regime anterior podem de certa forma condicionar a posição dos atores durante a transição para a democracia (Brito, Enriquez e Fernandez, 2004: 44). Por isso, como refere Araújo (2000: 58-63), numa transição democrática é necessária a mudança das mentalidades políticas e, claro, jurídicas. O autor refere ainda que a instauração do pluralismo político e do Estado democrático de direito em África é um processo complexo, porque muitas vezes as clivagens tribais se misturam com partidos e tornam-se um fator desestabilizador na implementação da democracia.

Neste contexto, vários autores (Duverger, 1976: 11; Sartori, 1995: 41; Cruz, 2008; Belchior, 2010) referem que democracia é um regime onde os governantes são eleitos pelo povo. Mas, ao mesmo tempo a democracia é um sistema político que permite e dá garantia de igualdade perante a lei (Cruz, 2008: 426). Gugliano (2004: 260) refere que a democracia é um sistema político que permite aos governantes eleitos governar e gerir a estrutura do Estado num período previamente acordado. Fernandes (2004: 36) defende ainda que a democracia tem dois grandes objetivos, a garantia da liberdade e a obtenção da igualdade perante a lei. Para o autor é preciso que haja equilíbrio entre estes dois objetivos, pois estes dois objetivos conferem uma característica própria a cada vivência democrática. “As diferenças entre as democracias residem essencialmente aí, e têm a ver, em certa medida, com o passado histórico de cada país. As diversas sociedades possuem a sua própria trajetória na construção da democracia e essa trajetória acaba por determinar, de forma bem significativa, o seu funcionamento”. Sartori (1987: 257-275) acrescenta que democracia é um sistema multipartidário em que a maioria expressa pelas regras eleitorais o respeito aos direitos das minorias. Dahl (2000: 46-54) acrescenta ainda que a democracia permite deliberar e discutir e depois escolher e decidir quais as políticas mais corretas a seguir. O autor refere ainda que, de entre muitas coisas, a democracia confere a igualdade de voto e política; a obtenção de informação e de esclarecimento quanto às alternativas políticas; ou ainda a participação política efetiva, que significa ter oportunidade igual de opinar em qualquer matéria. A democracia pressupõe também, como refere Dahl (2005: 26-29), no mínimo duas dimensões: contestação pública e direito de participação. Para além destas duas dimensões, Przeworski (2000: 14) acrescenta que a democracia proporciona a uma sociedade o seguinte: representação, igualdade, responsabilidade, participação, dignidade, racionalidade, segurança e liberdade. Mas, independentemente dos requisitos e valores existentes para se identificar e definir uma democracia, Gugliano (2004: 261) defende que o resultado de uma democracia dependerá do país e das condições culturais em que ela se desenvolve. Mas para Sartori (1994: 18-19) “ independentemente das condições em que a democracia se instalou em África nos anos noventa, grosso modo a democracia atingiu um número considerado dos países Africanos”. O autor acrescenta ainda que a democracia é

único regime em que o poder é legítimo e o único poder a que se deve obediência, porque há “*uma investidura popular eleito desde baixo*” Mas acima de tudo é necessário que a democracia esteja consolidada e que haja alguma qualidade na mesma. Enquanto isto Nunes (2003: 108) considera que a democracia para ter qualidade e estar consolidada num país, as questões referentes a violação dos direitos humanos, a corrupção, as desigualdades sociais, os abusos do poder e a liberdade de imprensa devem estar resolvidos.

Para Fernandes (2004: 35), a democracia só está estabelecida quando as instituições democráticas eleitas (Governo, Presidente, Parlamento) estão constituídas e funcionam com normalidade. Para isso, é necessário que exista uma lei fundamental, que o Parlamento funcione, que o executivo possa governar sem turbulência, e que o poder judicial independente cumpra com o seu papel, que é fazer justiça sem discriminação. Por último, o PR, nos casos em que não partilha o poder executivo e que seja eleito de forma direta (o que acontece em STP), deve poder garantir o regular funcionamento de toda a máquina neste processo. Deve ter um papel de controlo, que Araújo (2000) nota deve ser imparcial, sob ponto de vista partidário, deve garantir o cumprimento da Constituição, e em caso de conflito ou crise institucional deve assumir o papel de moderador.

Mas como refere Fernandes (2004: 36) os resultados das ações dos políticos estão dependentes do passado histórico independentemente das leis existentes. Mesmo dependente do passado histórico do país e dos políticos, a democracia permite a participação na gestão da coisa pública, expressão política e cultural e coloca à disposição de todos, leis que permitam que todos estejam de igual forma perante a lei.

Bratton e van de Walle (1998) referem que as liberalizações políticas em África não seguiram todas o mesmo caminho para a democratização plena. Sobre isto Évora (2004: 55-57) refere que o vestígio do período do partido único onde o poder do Estado estava centralizado numa pequena elite política criou um obstáculo à transição democrática nalguns países. Por outro lado, a dependência económica em relação a organismos como Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Africano para Desenvolvimento (BAD), que impõem as suas regras, tem sido em África um obstáculo à democracia. Bratton e Walle (1998: 3) referem ainda que as transições nos países dos regimes com um só partido e dos regimes militares, começaram na sua maioria com protesto político e evoluíram com reformas de liberalização e na sua maioria chegaram a instalar um novo regime através da realização de eleições livres e competitivas. Por outro lado é preciso perceber que a transição democrática nalguns países não foi a melhor.

Jauara (2004: 8) considera que a transição política do monopartidarismo para o pluripartidarismo nos PALOP não foi precavida de uma preparação ou mesmo de um agendamento de um período de transição que fosse precedido de um amplo debate público, principalmente sobre a reforma das instituições políticas.

Pois, em STP era necessário que houvesse diálogo abrangente entre todos envolvidos no processo de democratização de STP para criar bases necessárias para sua implementação.

Neste contexto, STP não criou bases que permitissem um compromisso alargado sobre as novas regras do jogo político democrático que viesse a permitir a longo prazo a sustentação e consolidação das regras democráticas. Em STP a transição do regime monopartidário para o regime pluralista proveio da iniciativa do partido único. É em meados de 1987, depois do acordo assinado com instituições de Bretton Woods referente ao Programa de Ajustamento Estrutural (PAE), onde se incluía a liberalização da economia, devido às dificuldades económicas, que os governantes começam a dar os primeiros passos para uma transição democrática.

Em consequência, em 1989 o partido MLSTP que conduziu o país à independência, numa iniciativa ímpar realiza uma Conferência Nacional aberta a todos os cidadãos. Nesta Conferência foram debatidos temas como a organização da economia, ou a ordem política e constitucional. De entre várias recomendações que decorreram da mesma, colocou-se a possibilidade de emergência de outros partidos (Seibert 2002: 192-206). O MLSTP dá, assim, um sinal de abertura do regime para a democracia multipartidária, totalmente diferente dos exemplos dos outros países Africanos, casos em que a democracia decorre de uma rutura dos políticos com os militares, como são os casos do Ghana, da Costa de Marfim, da Zâmbia, do Togo, ou do Benim. No que concerne a STP, como advoga Araújo (2000), a transição para a democracia foi feita com participação de todos os partidos sem restrição, as eleições decorreram sem incidentes e o poder político iniciou e conduziu a transição até às eleições gerais democráticas, sem atropelos. Para Araújo (2000: 55) “a transição para a democracia é feita de acordo com as realidades de cada país, e neste sentido ”é de referir que em STP, a transição não foi precedida de um clima de conflito ou mesmo de instabilidade política, social e económica como se verificou noutros países como a Costa de Marfim ou o Ghana (Nascimento, 2010; Araújo, 2000).

Para Araújo (2000), o êxito do processo de transição para a democracia não depende somente do cumprimento dos requisitos do princípio democrático de um Estado de direito, como a realização de eleições universais e livres na escolha dos órgãos do poder político. Pode estar também condicionado ao modelo democrático adotado (parlamentarismo, presidencialismo ou ainda semipresidencialismo). Assim como, nalguns casos, como advoga Lijphart (1989: 150-151), pode estar ligado ao elevado número de partidos. Para o autor, os regimes políticos que dispõem de muitos partidos não funcionam tão bem, ou são mesmo nalguns casos menos estáveis e menos eficientes em relação aos que são bipartidários. O autor refere ainda que a existência de muitos partidos pode em alguns casos proporcionar mudanças muito frequentes na governação, podendo causar assim instabilidade política.

Segundo Nunes (2003: 108), a transição democrática só está completa quando há um Governo constitucional saído de eleições livres que não fica constrangido na sua autoridade pela partilha de poder com outros corpos não democráticos ou com domínios de reserva. Na sua maioria, como já se referiu, a transição democrática provém de uma rutura entre a elite política, ou entre os militares e os políticos, e que proporciona por sua vez condições para democratização do país.

Não se pode negar que a democracia veio universalizar o direito de voto, veio também proporcionar direitos e garantias individuais, e ao mesmo tempo dar instrumentos e mecanismos capazes de fazer valer esses direitos, criou novos instrumentos de participação popular, o Ministério Público independente para atender as preocupações dos cidadãos. Mas mesmo assim, pelo que se tem visto em África, principalmente em alguns países como, Congo, Sudão, Egito, Guiné Bissau e STP não tem tido Governos estáveis e que comporte com políticas corretas e ao mesmo tempo com atores políticos capazes para pô-las em prática com política eficaz e transparente. Com tudo o que se vê, são países com constante instabilidade política e uma fragilidade dos poderes eleitos. Tudo porque no nosso entender na sua maioria os países que aderiram a democracia tal como STP, foi com intuito de demonstrar a comunidade internacional que abandonaram regime de partido único para terem acesso a recursos económicos.

1.3. Os Regimes Democráticos: o semipresidencialista e o presidencialista

Para Lijphart (1989: 258), o regime presidencialista significa separação de poderes entre o Governo e o Parlamento. Canotilho e Moreira (1991: 10) advogam que uma das principais características neste sistema é que o PR é titular do poder executivo e não há autonomia do Governo perante o Presidente. É de referir que no regime presidencial o PR é ao mesmo tempo chefe de Estado e do Governo como acontece nos Estados Unidos de América, na África do Sul ou na Nigéria. No regime semipresidencialista, como refere Navais (2007: 107-274), o eixo fundamental é a responsabilidade política do Governo perante o parlamento e o Presidente, que tem poderes para dissolver o parlamento e de fiscalização, supervisão, regulação dos órgãos.

Segundo Lobo e Neto (2009: 15-16), na sua maioria os membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) enveredaram por um regime semipresidencial porque tomaram Portugal como referência e consequentemente o regime político semipresidencial. Navais (2007: 107-274) advoga que neste regime, apesar da relação e a dinâmica entre Parlamento e Governo, há que ter em conta o poder legitimado do PR. O Presidente que é eleito pelo povo de forma direta tem a função de arbitragem, moderação e regularização que poderá fazer a diferença entre a estabilidade política e a instabilidade ou mesmo, no sucesso ou insucesso do funcionamento dos órgãos institucionais. Essa diferença far-se-á sentir muito mais num país com sistema partidário em formação ou com um longo historial de ditadura. A mais-valia do Presidente neste regime deve-se notar também nas situações de Governo minoritário, devido ao risco da continuidade da ação governativa, à possibilidade de instabilidade e à acentuada fraqueza governamental. Mas o seu papel de estabilizador será totalmente diferente se houver uma maioria parlamentar que o apoia, pois segundo o autor, o exercício das suas funções dependerá do entendimento particular que cada Presidente tem em relação aos valores constitucionais, ao interesse público, ou nacional, ou mesmo às suas preferências políticas que refletirá nas ações dos seus mandatos.

Segundo Cranenburgh (2008: 952-953), apesar da onda de reformas democráticas que varreu África durante os anos 1990, o quadro constitucional que permitia um Presidente forte permaneceu praticamente inalterado, criando condições constitucionais para fornecer meios aos Presidentes africanos para nomear indivíduos da sua rede clientelista para posições importantes.

No caso específico de STP, a Constituição de 1990⁹ tinha características do sistema semipresidencialista de pendor presidencial, pois o Presidente da República partilhava com o Governo a tarefa executiva nas áreas da defesa e da política externa. Autores como Canotilho e Moreira (1991) referem que no sistema semipresidencialista com pendor presidencial, o Governo tem dependência face ao PR, que tem poderes constitucionais para demitir livremente o Governo (Canotilho e Moreira, 1991: 12-22). A Constituição de STP de 1990 refletia isto mesmo. O art.º 77 dava ao Presidente o poder de intervenção, tendo em conta que eram considerados juridicamente inexistentes os atos normativos do Governo que no prazo de vinte dias após a sua receção não obtivessem a promulgação ou assinatura do PR. Por outro lado, no art.º 76, o Presidente podia “ nomear, empossar e exonerar o primeiro-ministro; presidir o Conselho de Ministros sempre que o entendesse;” e a isso, Santo (2008:128-152) acresce que estavam criadas as premissas para que o Presidente pudesse interferir em áreas da competência do Governo. Tal seria uma fonte potencial de conflito institucional, dado que o primeiro-ministro como chefe do Governo, também tinha como tarefa presidir às reuniões ministeriais.

Por outro lado a Constituição ainda dava ao Presidente o poder de dissolver a Assembleia Nacional em caso de grande crise política, consultando os partidos políticos com assento na Assembleia Nacional. A este propósito, Seibert (2005, 146) refere que a ambiguidade da Constituição no que concerne às competências dos órgãos do Estado foi considerada por alguns políticos como causadora de vários conflitos políticos em STP. Por isso foram feitas alterações na Constituição em 2003, tais como: o PR passou a presidir ao Conselho de Ministros por solicitação do primeiro-ministro, como indica o art.º 81.º, ou ainda, a somente poder demitir o Governo, através da Assembleia Nacional nos termos do art.º 117.º por razões tais como: a não aprovação de uma moção de confiança; ou a aprovação de uma moção de censura por maioria absoluta dos deputados em efetividade de funções. Para além dos casos referidos anteriormente, o PR só pode demitir o Governo quando tal se torne necessário para assegurar o regular funcionamento das instituições democráticas, ouvido o Conselho de Estado, um novo órgão consultivo. Em relação à nomeação do primeiro-ministro, esta passou a estar dependente da audição dos partidos políticos com assento na Assembleia Nacional,

⁹ Miguel dos Anjos da Cunha Lisboa Trovoada, o primeiro Presidente em democracia, referiu-se a esta versão da Constituição como algo que foi feito para agradar ao partido único no poder e ao Presidente da República na altura. Para Miguel dos Anjos da Cunha Lisboa Trovoada a Constituição continha muitos vícios e estava cheia de fontes de contradição e de potenciais conflitos de competências. Para ele a Constituição colocava os órgãos de soberania numa situação de dependência e os órgãos de soberania deveriam ter liberdade de poder trabalhar sem interferência dos outros órgãos (ver www.kinteglanji.com/index.php/kg-play).

tendo em conta os resultados eleitorais. Todas estas alterações tiveram como finalidade minimizar os conflitos entre os órgãos.

Com estas modificações, o regime passou a estar dentro daquilo que Maurice Duverger considera um sistema que combina as fórmulas parlamentares com um PR com poderes de intervenção política autónoma, eleito por sufrágio universal (Canotilho e Moreira, 1991: 12-22). Com base nas características acima referidas, STP passou a um sistema semipresidencialista de pendor parlamentar (desde 2006), e no que toca a este sistema, Canotilho e Moreira (1991: 14-32) referem que o Presidente continua com funções de garantir a unidade do Estado e selar pelo regular funcionamento das instituições e o Governo com responsabilidade da condução dos negócios governamentais. Estes autores destacam a existência de uma responsabilidade política do Governo perante o Parlamento e uma separação de poderes entre os órgãos: PR, AN e o Governo. Advogam que neste sistema o Parlamento é o órgão que fiscaliza o Governo e possui o direito de o dissolver através de uma moção de censura (Canotilho e Moreira, 1991: 14-35).

Importa referir que o funcionamento do sistema semipresidencialista depende de alguns fatores como: a configuração constitucional dos poderes do PR, a tradição constitucional do país, o sistema de partidos, a relação do PR com os partidos ou os partidos dominantes ou os poderes de influência. Canotilho e Moreira (1991) advogam que neste sistema acima de tudo o Presidente da República não deve interferir na ação governativa. Não tem que haver uma sintonia política entre o Presidente e o Governo, podendo sim, haver uma “coabitação” entre ideias diferentes na condução da política do Estado. Canotilho e Moreira (1991: 67-68) continuam afirmando que só com autonomia, respeito e distanciamento do PR face ao Governo se pode garantir uma relação institucional pacífica. Segundo Freire e Pinto (2010: 52), alguns países lusófonos entre os quais STP, adotaram regimes semipresidenciais baseados no exemplo português, somente para substituírem o regime autoritário. Estes autores consideram que os regimes semipresidenciais propulsionam meios para a demissão dos Governos por parte dos Presidentes e aumentam os riscos de colapso ou instabilidade (Freire e Pinto, 2010: 50-52).

Em STP, segundo Seibert (2009), a atuação do PR de STP em relação ao Governo, em diferentes momentos não respeitou o distanciamento necessário e por isso muitas vezes foi contestado pelo Governo, provocando assim em diversos momentos instabilidade política. (Seibert, 2009: 208). Como já referimos anteriormente, de 1975 a 1990, STP era um regime monopartidário ditatorial em que o partido MLSTP detinha todos os poderes, com o controlo efetivo do PR que era ao mesmo tempo o Secretário-Geral do partido no poder. Caso os políticos são-tomenses tivessem adotado o regime presidencial, teríamos um Governo chefiado por um Presidente, e não existiria separação “rígida” dos poderes entre o Presidente, o Governo e o Parlamento, podia ser uma continuação em STP de um regime muito semelhante com as características dos anos 1975 a 1990. Mas os protagonistas políticos de STP tentaram criar um novo modelo, talvez com o intuito de uma demonstração clara de que o país pretendia alterar por completo o rumo dos acontecimentos, para que não houvesse colagem

ao anterior regime, em que o PR tinha largos poderes sobre o Governo, onde tudo era necessário passar pelo crivo do Presidente, o que não acontece por princípio no semipresidencialismo.

1.4. Regime Democrático e Instabilidade Governativa

A instabilidade política em África pode estar ligada a fatores internos e externos. Com relação aos fatores externos, Ong'ayo (2008) considera que os interesses geopolíticos e económicos e a comunidade internacional jogam constantemente um papel significativo ao minar os próprios processos e instituições que servem para nutrir a democracia ao incutir a ideia de um consenso de estabilidade em África. No que respeita aos fatores internos, há uma constante manipulação da elite política interna, muito por causa dos recursos naturais que põem em causa a estabilidade política (Ong'ayo: 2008). Segundo a revista «Perceções» da OCDE (2008: 01), mesmo com o aumento do número de países democráticos em África, a transparência governamental, a liberdade de imprensa, ou o Estado de Direito, continuam fracos e a corrupção está presente em todos os níveis da política e na economia. Considera também que a instabilidade política e social cresceu em diferentes países tradicionalmente considerados estáveis (OCDE, 2008: 1). Para a OCDE, a causa fundamental desta instabilidade provém de conflito militar interno que constantemente tem criado obstáculos à evolução política, económica e sociocultural das sociedades africanas (Lopes, 2010: 4). Dahl (2000: 170) apoia esta linha da OCDE: para o autor, o Governo e as instituições democráticas tornam-se mais instáveis e ficam em piores condições de se desenvolverem, se estiverem sob uma intervenção hostil de um outro país.

Para Alesina [at.el] (1992: 1-3), “crescimento económico e estabilidade política estão profundamente interligados. Para estes autores, que fizeram estudos sobre instabilidade política entre 1950/1982 em mais 113 países, uma má performance na economia do país pode proporcionar quebras sucessivas de governação e conseqüentemente a instabilidade política. Ou seja, a instabilidade política pode ser definida como a tendência de mudança dos Governos repetidas vezes durante uma legislatura, podendo ser por meio constitucional ou não. Para estes autores, essas mudanças sucessivas proporcionam, por um lado, incerteza nos investidores, os Governos têm pouco tempo para tomar medidas profundas para estimular o emprego e a economia, e nessas condições não conseguem transmitir confiança aos investidores, nem proporcionar ferramentas que possam alavancar a economia. Mas também não conseguem encontrar uma via que permita o crescimento e o desenvolvimento da sociedade no seu todo. Os autores acima referidos notam que com estas condições há sempre um risco de empobrecimento social do país, e perde-se igualmente a capacidade de integridade e moralidade dos indivíduos e conseqüentemente a qualidade dos políticos. Partindo dos argumentos acima referidos, estamos certos de que a democracia por si só não é uma garantia de estabilidade política de um determinado país.

Também existe justificação para os problemas de instabilidade dos Estados africanos, com o argumento de que estes Estados são cópias dos antigos Estados coloniais com pequenas alterações. É

assim que encontram a justificação da incapacidade crónica de resolução dos conflitos inerentes ao poder e também da incapacidade dos Estados Africanos em resolver os conflitos, que os tornam em alguns casos, em Estados falhados (Lopes, 2003: 96-97). Mas nem tudo tem decorrido da mesma forma. Temos o exemplo de alguns países democráticos do continente Europeu e do Africano em que a instabilidade tem estado presente nalguns momentos da vida política, como a Bélgica, Itália, Moçambique e Guiné-Bissau, e mesmo assim alguns têm sabido superar os conflitos colocando os interesses do país acima de tudo. Por isso, para Nunes (2003:109), a resolução dos problemas e conflitos vai permitir a competição pacífica e a consolidação da democracia.

Partindo do índice de democracia de 2012 analisado pela revista *The Economist Intelligence*, refletida numa escala de 0 a 10 pontos (sendo que 0 a 3.93 representa regime autoritário; 3.94 a 6.00 regime híbrido; 6.02 a 8.00 democracia perfeita; 8.01 a 10 democracia plena). Onde a revista analisa cinco categorias, processo eleitoral e pluralismo, funcionamento do Governo, participação política, cultura política e liberdades, referentes a alguns tipos de governação, como as democracias plenas, as democracias com falhas, os regimes híbridos e os regimes autoritários.

Na análise aparecem em destaque pela positiva dois países da Europa: a Noruega com 9.9 pontos e a Suécia com 9.7 pontos. Dos 167 países, nenhum país Africano se encontra nos 25 primeiros e STP não se encontra tão pouco na lista. Cabo Verde, um país do continente Africano que transitou para o regime democrático juntamente com STP, aparece no vigésimo sexto lugar com 7.92 pontos, destacando-se de alguns países europeus, como Itália com 7.74 pontos (trigésimo primeiro lugar) e Portugal com 7.81 pontos (vigésimo sétimo). O exemplo de Cabo Verde permite afirmar que, com trabalho, dedicação e vontade política, pode-se contribuir de forma decisiva para tornar estável um regime democrático.

Esta pesquisa não visa esmiuçar todos os fatores causadores da instabilidade em STP. Sabe-se que, em cada sociedade, cada fator terá pesos diferentes, por isso o objetivo é buscar as principais causas e averiguar a sua importância nas constantes alterações dos Governos em STP. A hipótese levantada por Dahl (2000) no que concerne ao Governo e às instituições democráticas de estas se tornarem mais instáveis e ficarem em piores condições de se desenvolverem, se estiverem sob uma intervenção hostil de um outro país, não vai ao encontro da realidade em STP, tendo em conta que nenhum conflito armado ou de outro tipo aconteceu. Então o que explica as sucessivas quedas dos Governos em STP desde a instituição do pluripartidarismo em 1990? É importante verificar, como já referimos anteriormente, se a instabilidade política em STP vai de encontro a que Navais (2007: 107-274) sugere, como causador da instabilidade política. Para o autor a relação e a dinâmica entre Parlamento e Governo, e a função de arbitragem, moderação e regularização do Presidente da República podem ser motivos de instabilidade política. Pois não conhecendo de todo fatores externos causadores desta constante instabilidade, só nos resta analisar atores políticos (deputados, partidos ministros, Presidente da República). A esse respeito Seibert (2009: 221-222) refere que existem entre políticos são-tomenses divergências de carácter pessoal que põem em causa a criação de um Governo

estável. Seibert (1998: 1-9) acrescenta ainda que todo o processo de democratização de STP foi conduzido por pessoas com pouca experiência em regras e atitudes democráticas e a vida política era caracterizada por uma mentalidade provinciana e por fortes laços familiares e de amizade, em constante conflito e luta pelo poder, em defesa de interesses pessoais. Para o autor, a política em STP está marcada por relações pessoais, e as ações dos atores políticos limitam-se somente às acusações de corrupção e má gestão aos seus adversários. Raras vezes as suas prestações no Governo vão no sentido de formular alternativas construtivas e viáveis para a governação do país. O autor acrescenta ainda que existe uma divisão ambígua de poder entre o PR e o Governo, e uma constante dificuldade económica e excessiva dependência de ajuda externa que proporciona ambiente para conflitos políticos. Para o autor, muitos dos conflitos entre os políticos que originam quedas dos Governos em STP, provêm da competição entre os políticos pelos fundos financeiros para melhorar os seus rendimentos pessoais e para beneficiar os seus amigos, familiares e elementos do partido. Mas não é só isso.

É de referir que a configuração partidária desde 1991 tem sido marcada pelo surgimento de novos partidos, com especial incidência em 2001 e conseqüentemente há um aumento de grupo de interesse. A partir de 1991, como refere Sanches (2010: 5-8), assistiu-se a uma evolução no número de partidos e de coligações eleitorais. Por exemplo, o Movimento Democrático das Forças da Mudança-Partido Liberal (MDFM) é constituído em 2001 e logo no ano seguinte concorre às eleições; em 2005 surgiram a Geração Esperança (GE) e a União dos Democratas para Cidadania e Desenvolvimento (UDCD) e em 2006 o Movimento Novo Rumo (MNR). Neste período emergiram vários pequenos partidos que integram duas coligações eleitorais em 2002 e 2006: Partido da Renovação Democrática (PRD), União Nacional para a Democracia e Progresso (UNDP), Partido Popular do Progresso (PPP), Partido da Renovação Social (PRS), Partido Trabalhista São-Tomense (PTS) e Partido Liberal Social (PLS). Houve também uma coligação eleitoral, a Uê Kédadji (UK), que concorreu às eleições de 2002 e 2006, a coligação era formada por ADI, CODO, PRD, PPP e UNDP. Em 2006 o partido ADI saiu da coligação e mantiveram-se alguns parceiros de coligação tais como: CODO, PRD, PPP e UNDP. Tendo em conta a sequência de surgimento de novos partidos, Sanches (2011: 111-138) considera que STP é o país da África lusófona onde é mais fácil o surgimento de novas forças políticas.

Pois desta forma dificulta o partido vencedor das eleições a atingir uma maioria absoluta, criando desta forma uma necessidade para um consenso parlamentar.

Mas apesar desta diversidade de partidos, Seibert (1998: 6-20) advoga que a maioria dos dirigentes partidários de STP provém de uma “pequena elite urbana, funcionários públicos, ou com cargos de administração pública”, assim sendo esses líderes partidários não refletem interesses políticos diferentes. É de referir que apesar de existir um grande número de partidos e com possibilidade de surgimentos na cena política de novos partidos em STP como destaca Sanches (2011), o MLSTP e o ADI desde 1994, são os partidos que em quase todas eleições têm recebido mais votos dos eleitores.

Lopes (2000: 66) realça que “uma presença “excessiva” dos partidos e dos seus membros nas instituições políticas, na administração pública e nas empresas do Estado, permite a colonização de diversos interesses.” Por isso, o Estado são-tomense não consegue ficar de fora dos interesses particulares e o próprio PR em algumas situações está publicamente ligado a um partido político. O Presidente Fradique de Menezes, logo depois da sua eleição em 2001 criou o seu próprio partido, o Movimento Democrático Forças da Mudança – Partido Liberal o (MDFM-PL), para dar suporte às suas ideias e ambições políticas, e é de salientar que durante algum tempo assumiu publicamente a liderança¹⁰ do partido. O mesmo aconteceu com o Presidente Miguel dos Anjos da Cunha Lisboa Trovoada em 1992 e Manuel Pinto da Costa que por questões históricas está ligado ao MLSTP.

Por isso, partindo destas ligações partidárias dos Presidentes, consideramos que os mesmos estão ligados ao tecido partidário e deixam de ser uma referência de equilíbrio para os políticos, e desta forma não ficam distante da luta política partidária e ao mesmo tempo deixam de ter espaço de manobra para serem influência positiva no processo político do país.

¹⁰ Presidente da República ao assumir a presidência do partido MDFM não teve em conta o artigo 72.º da Constituição são-tomense, que refere que o cargo do Presidente da República é incompatível com qualquer outro cargo público ou privado.

CAPÍTULO II - DESENHO METODOLÓGICO

1. Notas Metodológicas

A presente investigação tem como objeto de estudo as quedas dos Governos no contexto de STP, pretendendo compreender as suas causas. A abordagem compreenderá o período entre 1991, que corresponde ao ano do início do regime democrático, e o ano 2014. Tendo em conta as limitações de extensão da presente dissertação, assim como de obtenção de dados relevantes para o estudo, a pesquisa concentra-se com mais detalhe em três tipos de quedas de Governos naquele período. Estes três tipos de quedas incluem três situações paradigmáticas: a queda por iniciativa presidencial, (o primeiro Governo do PCD-GR, liderado por Daniel Daio, Governo do PCD-GR chefiado por Norberto Costa Alegre), por iniciativa dos deputados na AN (dois Governos de ADI chefiado por Patrice Trovoada 2006 e 2012), e também por iniciativa do Governo (Governo de MLSTP/PSD e a ADI, chefiado por Damião Vaz de Almeida, Governos de MDFM-PL e PCD chefiado por Tomé Soares Vera Cruz).

Para alcançar os objetivos desta investigação, recorreu-se a diversas fontes, ancorando-se em particular em duas técnicas: análise documental e entrevistas. Tendo em conta o tópico da investigação, fez-se em primeiro lugar a revisão literária, tendo em conta a literatura especializada sobre estudos da temática, de um modo geral e com um enfoque especial para as questões africanas, e mais concretamente sobre STP. Devido à existência de poucos estudos sobre a realidade política de STP, principalmente sobre as decisões tomadas pelos dirigentes políticos, recorreu-se a diferentes fontes documentais que se encontram disponíveis: no Arquivo Nacional de STP, na Biblioteca Nacional de Portugal, na Fundação Mário Soares (onde se encontra um vasto Arquivo de documentos históricos, com destaque para as atas das reuniões do partido MLSTP, bem como notícias da imprensa). Após o levantamento dos documentos considerados de importância para o estudo nestes arquivos, procedeu-se depois à análise documental disponível online, principalmente no que concerne à imprensa digital, como o jornal *Tela Non*, o jornal *o Parvo*, *TSF Notícias*, *Jornal Notícias*, e também site do Governo e da Assembleia Nacional. Como refere Albarello, et al. (1997: 23), a imprensa ilustra as opiniões de grupos de várias classes sociais e desempenha um papel de destaque na vida política e social do país. Outrossim, para percebermos o posicionamento dos partidos e atores políticos, procedeu-se à análise de documentos como os comunicados dos partidos e análise dos depoimentos mais relevantes de alguns atores envolvidos nas demissões desde 1991 até 2014, com destaque para as palavras ditas pelos primeiros-ministros, os PR e os deputados nos comunicados, nos jornais, na comunicação social pública, após as demissões dos Governos.

Para um aprofundamento do fenómeno em estudo, tendo em conta a escassez de investigação prévia sobre o tema, como já foi referido anteriormente, procedeu-se também à realização de entrevistas semi-diretivas a personalidades com relevância política em STP. Ora, os indivíduos correspondem a fontes vivas de informação oral, e como existe uma forte componente da tradição oral

nalguns países em África, e particularmente em STP, os entrevistados foram selecionados com o objetivo de trazer mais elementos de análise ao trabalho, de modo a que se compreenda melhor as causas das demissões dos Governos. Neste caso, partiu-se em primeiro lugar para entrevistas exploratórias, com quatro pessoas que tiveram e têm relação com o tema em estudo, com o intuito de se perceber os contornos mais gerais da questão em estudo, e em seguida realizaram-se mais duas entrevistas para que se pudesse trazer informação mais precisa e focalizada no tema do trabalho. Por isso foram entrevistados¹¹ em primeiro lugar quatro indivíduos considerados informantes-chave sobre a política em STP, e numa fase seguinte foram realizadas mais duas entrevistas, conforme se explica em seguida (vd. guiões de entrevistas em anexo).

Na primeira fase de entrevistas, um dos entrevistados foi Liberato Moniz¹², atualmente membro do Conselho de Estado em representação da sociedade civil. Filinto Costa Alegre, antigo líder parlamentar do Partido de Convergência Democrática (PCD), foi igualmente entrevistado nesta fase. É uma figura que de forma pública tem assumido uma posição contra a performance dos dirigentes são-tomenses e um dos mobilizadores da sociedade civil. Leonel Mário D'Alva, o antigo Presidente do PCD, que também foi o primeiro Presidente da Assembleia Nacional já no período democrático, integrou igualmente o grupo de individualidades entrevistadas. Por último, Albertino Homem dos Santos Sequeira Bragança, o antigo ministro da defesa do primeiro Governo eleito democraticamente. De recordar que estes indivíduos foram elementos ativos no processo de transição democrática em São Tomé e Príncipe. Além disso, fizeram parte da classe dirigente política e foram os principais impulsionadores, de forma direta ou indireta, da transição política do regime monopartidário para o multipartidarismo. Entretanto, além dos dirigentes políticos, optou-se também por incluir uma visão de cariz académica, pelo que se decidiu entrevistar também Edalina Sanches, investigadora em ciência política, e com vários estudos publicados sobre a África Lusófona, principalmente sobre o sistema partidário, pelo que o seu testemunho foi considerado de valia para a compreensão do caso em estudo nesta investigação.

Depois destas entrevistas exploratórias partiu-se para a realização de outras entrevistas com conhecedores privilegiados da dinâmica governamental, com o objetivo de aprofundar, precisar informações obtidas anteriormente, tornar mais consistente e densas todas as informações, esclarecer dúvidas e obter informações relevantes que foram pouco exploradas nas anteriores. Por isso, entrevistou-se Arlindo Afonso de Carvalho, que em 1997 foi ministro de equipamento social e ambiente, em 2006, foi Governador do Banco Central, em 2007 ministro do plano e finanças, e é atualmente vice-governador do Banco Central de STP. Depois de se ter colhido os elementos e informações com os entrevistados são-tomenses, entendeu-se necessário realizar mais uma entrevista a

¹¹ As entrevistas foram realizadas pelo autor da presente dissertação no mês de fevereiro do ano de 2013 em São Tomé e Príncipe. Os aspetos mais relevantes das entrevistas encontram-se espelhados no capítulo III da dissertação, em forma de citações.

¹² Entrevista realizada pelo autor desta dissertação, via Facebook.

um político de um país vizinho que nos pudesse dar um olhar de fora e com conhecimento de como se faz política em África, principalmente na África Lusófona. Por essa razão incluiu-se no leque de entrevistados André Corsino Tolentino, Professor Universitário, embaixador jubilado, sócio correspondente da Academia de Ciências de Lisboa, e com várias obras publicadas, como por exemplo, "Universidade e Transformação Social Nos Pequenos Estados". Desempenhou as funções de Ministro da Educação, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Embaixador de Cabo Verde em vários países, nomeadamente em Portugal. Foi ainda consultor do Banco Mundial e promotor da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP) e do Instituto da África Ocidental (IAO).

Ao longo do trabalho analisar-se-á descritivamente o percurso do país desde o regime monopartidário até ao período do multipartidarismo. No que concerne aos Governos, analisar-se-ão e descrever-se-ão as causas das demissões dos Governos e as causas dos conflitos entre os diversos órgãos do país (PR, Governo, AN). E verificar-se-á se a instabilidade política provém de uma má relação entre esses órgãos. Com estes instrumentos pensamos trazer mais informações que contribuam para o melhor conhecimento das causas da instabilidade política em STP.

Por isso, o primeiro dos subcapítulos seguintes faz a análise histórica e descritiva da evolução política de STP em democracia, e os três seguintes exploram os papéis dos três órgãos acima referidos, enquanto contribuintes para a instabilidade governativa neste país, com base em fontes documentais e entrevistas.

CAPÍTULO III - QUEDAS DOS GOVERNOS E A INSTABILIDADE POLÍTICA EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

1. Declínio do Regime, as Primeiras Eleições Livres e o Desenho Partidário em STP

Para melhor se compreender este tópico, antes de tudo a que se fazer uma breve referência do sistema eleitoral de STP. Em STP o sistema eleitoral baseia-se no seguinte: os deputados à Assembleia Nacional são eleitos em círculos eleitorais plurinominais, dispondo cada eleitor de um voto e a conversão dos votos em mandatos faz-se segundo um sistema da representação proporcional da média de Hondt (art.º 23.º e art.º 24 Lei Eleitoral de 1990). O território de STP foi organizado em 7 círculos eleitorais sendo (Água Grande e Mé-Zóchi, os dois maiores círculos e representam aproximadamente 50% dos mandatos, depois temos, Cantagalo, Caué, Lembá, Lobata, Paguê) (Lei Eleitoral nº11/90).

É de referir que as eleições para AN se baseiam em listas eleitorais definidas por cada partido político, em que os primeiros nomes das listas de cada partido são definidos pelas direções partidárias. O cidadão eleitor, antes do dia das eleições, na maior parte das vezes nem sequer conhece as pessoas inscritas nas listas eleitorais porque, quem lidera todo o processo da campanha eleitoral é o líder partidário. Mas como STP chegou a este nível? Antes de tudo colocou-se no quadro 1 os Governos que estiveram no poder quer seja através das eleições ou não e o tempo que estiveram no poder. Um quadro que nos permite ter uma melhor perceção da rotatividade ou não dos partidos no Governo.

Quadro 1 - Lista dos Governos desde 1991

Partidos do governo	Início do Mandato	Fim do Mandato	Nome do Líder do governo	Governo no poder através das eleições e sem eleições
PCD/GR	Fevereiro 1991	Maior de 1992	Daniel Daio	Foi eleito com 33 deputados
PCD/GR	Maior de 1992	Julho de 1994	Norberto Costa Alegre	Substitui o Governo anterior
ADI	Julho 1994	Outubro de 1994	Evaristo de Carvalho	Não eleito
MLSTP/PSD	Outubro de 1994	Dezembro de 1995	Carlos Graça	Foi eleito com 27 deputados
MLSTP/PSD	Dezembro de 1995	Novembro de 1996	Armando Vaz de Almeida	Substitui o Governo anterior
MLSTP/PSD	Novembro de 1996	Janeiro de 1999	Raul Bragança de Neto	Substitui o Governo anterior
MLSTP/PSD	Janeiro de 1999	Setembro de 2001	Guilherme Pósser da Costa	Foi eleito Com 31 deputados
ADI	Setembro de 2001	Março de 2002	Evaristo Carvalho	Não eleito
MLSTP/PSD,	Março de 2002	Outubro de 2002	Gabriel Costa	Foi eleito com 24 deputados
MLSTP/PSD	Outubro de 2002	Setembro de 2004	Maria Das Neves	Substitui o Governo anterior
MLSTP/PSD	Setembro de 2004	Junho de 2005	Damião Vaz de Almeida	Substitui o Governo anterior
MLSTP/PSD	Junho de 2005	Abril de 2006	Maria de Carmo Silveira	Substitui o Governo anterior
MDFM/PL, PCD	Abril de 2006	Fevereiro de 2008	Tomé da Vera Cruz	Foi eleito com 23 deputados
ADI	Fevereiro de 2008	Junho de 2008	Patrice Trovoada	Substitui o Governo anterior
MLSTP/PSD	Junho de 2008	Agosto de 2010	Joaquim Rafael Branco	Substitui o Governo anterior
ADI	Agosto de 2010	Dezembro de 2012	Patrice Trovoada	Foi eleito com 26 deputados
UDD, PCD, MLSTP, MDFM	Dezembro de 2012	Outubro 2014	Gabriel Costa	Não eleito

Fonte: Informação retirada Wikipédia, enciclopédia livre e Assembleia Nacional

No quadro 1 demonstra-nos que o MLSTP/PSD é o partido que mais vezes esteve a governar o país. Mas para melhor se compreender o quadro 1 ir-se-á descrever neste ponto o processo que deu início as eleições livres em STP e a formação dos partidos. Segundo Évora (2004), a luta pela independência em África, seja ela armada ou não, foi na maioria dos casos o prelúdio para o controlo do Estado pelos partidos ou movimentos políticos no período pós-independência (Évora 2004: 78). Em consequência, antes de entrarmos no declínio do regime monopartidário, detalhamos aqui como foi justificada a implantação do mesmo. Para garantir a estabilidade política, o monopartidarismo foi dado por alguns como o único meio que podia unificar as forças políticas e as diferenças étnicas, assim como resolver pequenos conflitos com a intenção de controlo do poder existente na altura em África. Em relação à sustentabilidade económica, foi defendida como instrumento da unidade nacional e que desta forma permitia o desenvolvimento socioeconómico. É neste contexto que tanto em STP como em Cabo Verde o monopartidarismo foi sempre justificado pela legitimidade histórica da luta pela independência e o único meio para garantir a unidade e a coesão nacional, e desta forma garantir o desenvolvimento socioeconómico do país (Évora, 2004: 78).

Mas para chegar a este regime e à instalação do mesmo em STP, tudo começou com um pequeno grupo de são-tomenses que viviam em África e na Europa, e que criaram em 1960, na clandestinidade, o Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe (CLSTP) que posteriormente recebeu apoio logístico do então Presidente do Gana, Kwame Nkrumah. Em 1962 o comité foi reconhecido pelas Nações Unidas (Seibert, 2002: 95). Uns anos mais tarde surgiram alguns problemas de cisão, com isto, o “movimento” viveu momentos de grandes conturbações. Mesmo assim, em 1972, em Santa Isabel (Guiné Equatorial), num congresso o CLSTP foi transformado em Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP) e Manuel Pinto da Costa tornou-se secretário-geral, aparentemente para alguns, um elemento que não pertencia a nenhuma das fações que existia no grupo (Graça, 2011: 58; Seibert, 1995: 241-242; Pinto, 2001: 71-72).

Em 1974, em Argel, é assinado um acordo de transferência de poder com o MLSTP, que primeiramente resultou no Governo de transição chefiado por Leonel Mário d’Alva. Este Governo de transição era composto por portugueses e são-tomenses, e posteriormente conduziu o país à independência em 12 de Julho de 1975. O Governo de transição, com algum trabalho no terreno, conseguiu que o secretário-geral do partido, Manuel Pinto da Costa, se tornasse o primeiro Presidente da nova República Democrática de São Tomé e Príncipe, em 12 de julho de 1975, e em dezembro do mesmo ano é promulgado a primeira Constituição da República Democrática de STP (Seibert, 1998: 2; 2002: 110-114). Com as contingências da ascensão à independência, como já se referiu anteriormente, com o apoio da Organização da Unidade Africana¹³ (OUA) e do Governo português, por terem reconhecido o MLSTP como o único representante, e com o contexto geopolítico e histórico

¹³ Instituição internacional, foi fundada em 25 de maio de 1963, em Adis Abeba, na Etiópia, por trinta chefes de Estados e de Governos africanos, com o objetivo central de apelar à independência dos países africanos colonizados. Desde de 2000 passou a se chamar União Africana.

em que a independência de STP se efetivou, estas condições não permitiram a STP tomar outro rumo a não ser o modelo monopartidário, que tinha uma estrutura política formal inspirada pelo modelo socialista soviético que na altura prevalecia nas ex-colónias portuguesas e em alguns países em desenvolvimento da África, Ásia e América Latina.¹⁴ Sendo único partido, o MLSTP enquanto movimento tinha como finalidade trabalhar para conseguir atingir um único objetivo: a independência para STP. Mas para atingir o objetivo, o partido teve que passar por cima das diferenças ideológicas que havia no seio do partido (Seibert, 2002: 105-106). Segundo Graça (2011: 56-57), havia elementos no partido que defendiam outro modelo de governação pós-independência: uns defendiam STP como província de Angola, porque garantia viabilidade económica, outros defendiam a ligação com Portugal, mas não foram capazes de se fazer ouvir e ficaram de certa forma numa posição desconfortável. Mas com a independência de STP, os problemas surgidos nos tempos de clandestinidade ressurgiram, e é nessa altura que o líder do MLSTP, Manuel Pinto da Costa, começa a banir no seu seio os membros que tivessem opinião contrária às ideias dominantes do regime. Miguel dos Anjos da Cunha Lisboa Trovoada referiu que o regime utilizou *manobras para eliminação de elementos que podiam pôr em causa a consolidação do regime* o mesmo Miguel dos Anjos da Cunha Lisboa Trovoada referiu que o líder do partido utilizou todos os meios à sua disposição para consolidar o poder.¹⁵

Por isso Francisco Alegre, escritor são-tomense, divide os militantes do MLSTP em dois grupos, quem não “era carne tinha que ser necessariamente peixe”, e sendo peixe torna-se assim alvo a abater (Alegre, 2005: 116). Com receio de serem abatidos, estes militantes do partido não tiveram outra saída senão partir para Portugal, França ou outros países africanos. Fora do país, esses antigos membros do MLSTP, juntamente com os dissidentes que ficaram no país, foram os catalisadores que influenciaram e impulsionaram a reviravolta do regime autoritário em STP. Para Seibert (1998: 3), as dinâmicas introduzidas pelos contestatários do regime no país e os que Francisco Costa Alegre considerava de peixe, juntamente com a tentativa de derrube do regime em 1988, através de um golpe de estado por um grupo de quarenta e quatro são-tomenses que viviam nos Camarões, tudo levou a que os líderes tomassem medidas para liberalizar a política, mas com o intuito de manter o MLSTP no poder (Seibert 1998: 3; 2002: 198-199). Segundo Fernandes (199-:70-83), os dirigentes da altura já não sabiam muito bem como agir perante as inúmeras reclamações que aconteciam na sociedade, e a classe emergente do regime não tinha capacidade suficiente para fazer uma análise à nova realidade do país. Mas para Leonel Mário D’Alva o partido MLSTP tomou iniciativa para liberalização *porque já se encontrava numa situação económica difícil e o Manuel Pinto da Costa teve que mesmo assim enfrentar os opositores no seio do MLSTP*¹⁶. Enquanto isto, Filinto Costa Alegre e Albertino Bragança consideraram que *o fraco poder económico e as pressões internas foram decisivas para inverter o*

¹⁴ Informação retirada do *site* da Assembleia Nacional de S.Tomé e Príncipe.

¹⁵ Ver entrevista dada no dia 17/03/2014 ao jornal EM Linha de STP do dia 17/03/ 2014 www.kinteglanji.com.

¹⁶ Entrevista dada ao autor desta dissertação em STP em 2013

*regime*¹⁷. Mas segundo Seibert (2002: 184-196), Manuel Pinto da Costa e os seus seguidores pensavam que era possível inverter a situação fortalecendo o partido e por sua vez melhorando também a imagem política do regime. Assim sendo, demitiu ministros considerados radicais, substituindo-os por outros com atitudes neoliberais. Mesmo assim, não foi possível conter o mal-estar dentro do partido. Muitos dos elementos abandonaram o partido e se juntaram aos dissidentes e aos contestatários do regime.

Por isso o “regime” parte para uma conferência nacional, onde foi possível falar abertamente dos problemas existentes em São Tomé e Príncipe. Sem que o MLSTP estivesse à espera, as conclusões dos trabalhos inclinaram-se para a plena democratização do país. Desta forma, foi possível chegar a um consenso sobre a necessidade de abertura das forças políticas nos destinos do país. Em consequência, em 1989 STP fazia história em África (Seibert, 2002: 192). Era o primeiro país lusófono a acabar com o regime de partido único, sem nenhuma agitação popular e nem mesmo barulho das armas.

Em outubro de 1990, já durante o processo de transição política, o MLSTP transforma-se no partido social democrata (MLSTP-PSD), indicando desta forma a sua ligação com o novo aliado, Partido Social Democrata Português (PSD), e desvinculando-se por completo do socialismo. Mas de imediato surgem fissuras no seio do partido, resultando no aparecimento de duas tendências: os renovadores que reivindicavam a democratização do regime e apoiavam a figura de Carlos Graça, o ex-ministro que, devido à sua oposição à orientação socialista do regime, se tinha exilado em 1977; e os conservadores que tinham como referência José Fret Lau Chong, um membro da direção do partido. Carlos Graça, com o apoio do líder do partido (Manuel Pinto da Costa), sai vencedor, mas ao mesmo tempo o partido torna-se mais frágil politicamente, porque perde muitos dos seus membros que emigram para novos partidos emergentes (Fernandes, 199-, 99-100). Para Figueiredo (2004: 33), no momento de passagem de um regime totalitário para um regime democrático poderão surgir atores políticos que criem obstáculos à concretização da passagem ao novo regime. Para ele, como existem os que defendem a passagem também existem os que não concordam com a mesma. Nesta linha, como disse Leonel Mário d’Alva¹⁸, “*Pinto da Costa teve que enfrentar uma oposição forte contra a abertura do país à democracia porque no seio do partido se levantaram vozes contra a abertura do país a novas forças políticas.*” Seibert (2002: 209) refere o mesmo, que existia no MLSTP defensores do partido único no poder.

Ainda assim o MLSTP deu seguimento às mudanças, e alguns dias depois da conferência nacional do MLSTP surge no país um grupo de oposição ao regime, de nome Grupo de Reflexão (GR), composto principalmente por dissidentes do MLSTP. Em 22 de agosto de 1990 a nova Constituição democrática do país foi ratificada pela maioria dos eleitores. A partir deste momento e

¹⁷ Entrevista dada ao autor desta dissertação em STP em 2013

¹⁸ Entrevista dada em S.Tomé ao autor desta dissertação no dia 5 de fevereiro 2012.

até às primeiras eleições multipartidárias em janeiro de 1991, ocorreram momentos de grandes movimentos partidários, com o aparecimento de três novos partidos, uns formados por antigos membros dissidentes do MLSTP e outros por são-tomenses na diáspora. Nas primeiras eleições concorreram além do MLSTP/PSD: a Coligação Democrática da Oposição (CODO), que era formada por pequenos grupos de oponentes ao regime socialista exilados em Lisboa; a Frente Democrática Cristã (FDC), fundada por golpistas de 1988, entretanto amnistiados; e, por último, o Partido de Convergência Democrática (PCD-GR), como já referido, formado principalmente por dissidentes do MLSTP desde a descolonização, um partido que surgiu na sequência de um grupo de reflexão. No seu primeiro congresso, o GR transformou-se em partido PCD-GR e elegeu o antigo ministro de defesa e segurança nacional e antigo membro do *bureau* político do MLSTP, Daniel Daio, como secretário-geral e Leonel Mário d'Alva, antigo chefe de Governo de transição (1974-1975), como Presidente do partido (Sanches, 2010: 5-6).

Cinco de janeiro de 1991 assinala o começo de todas as atividades em volta das eleições, participadas pelos seguintes partidos: MLSTP/PSD, CODO, PCD-GR e FDC. O partido do Governo na prática era o mais bem posicionado, tendo em conta os apoios de que dispunha do exterior e de alguns empresários nacionais. No período da campanha eleitoral os partidos não perderam a oportunidade de abordar questões sobre a economia e todos falavam da necessidade de dar a volta à crise económica. Enquanto isso, os novos partidos centravam os seus discursos na crescente usurpação dos bens do Estado pelos antigos dirigentes. Em 20 de janeiro, na presença de alguns observadores europeus e africanos, o PCD-GR obteve uma vitória esmagadora: dos 55 deputados possíveis conseguiu 33. É de destacar que por parte dos partidos não houve qualquer contestação dos resultados. Tendo em conta os resultados, consideramos que a transição foi realmente efetivada. Porque segundo Cardoso et al. (2002: 18), uma transição de regime autoritário para regime democrático está realmente efetivada quando um Governo é escolhido através da eleição competitiva e justa, tendo todos os concorrentes aceite a validade e os resultados das eleições, como foi o caso de STP.

Mas em 1992, o partido que foi o porta-bandeira da nova imagem do país e que em período pré-eleitoral defendia a moralidade e um novo rumo económico e político para o país, começa a desintegrar-se por razões que alegadamente têm a ver com conflitos constitucionais com o Presidente Miguel dos Anjos da Cunha Lisboa Trovoada. Por isso, cinco elementos do partido PCD-GR que eram adeptos e apoiantes de Miguel dos Anjos da Cunha Lisboa Trovoada deixaram a bancada do PCD-GR, em desacordo com a posição pública que o partido tomara em relação ao comportamento do Presidente face ao Governo. Os cinco elementos, juntamente com outras pessoas próximas de Trovoada, algumas das quais os seus assessores na presidência, e os notáveis do país como Patrice Trovoada, filho do Presidente Miguel dos Anjos da Cunha Lisboa Trovoada, Arlindo Pereira Gomes, Gabriel Costa, José Fret, Carlos Neves e Edgar Neves, constituíram em 1992 o partido político a Acção Democrática Independente (ADI), para defesa dos seus interesses e apoio ao próprio projeto político do Presidente Miguel dos Anjos da Cunha Lisboa Trovoada (Sanches, 2010: 5-6).

Por último, o MDFM-PL surge na cena política são-tomense nos finais de 2001, mais uma vez pela mão de um Presidente da República, Fradique de Menezes, e também segue a mesma linha do partido ADI, fundamentalmente a de defender os interesses do Presidente. É de referir mesmo que contra a Constituição (art.º 72), o Presidente Fradique de Menezes no poder tentou ser oficialmente líder do MDFM-PL.¹⁹ São estes os partidos e com estas lideranças que na maioria das vezes têm estado ligados à governação em STP.

Mas é preciso destacarmos que em relação à liderança dos partidos com hipótese de ganhar eleições em STP, há algumas diferenças de liderança. O MLSTP por questões históricas tem uma ligação com Manuel Pinto Costa, mas a estratégia do partido e a independência financeira não dependem do mesmo. O PCD que surgiu com o multipartidarismo, durante algum tempo e até às eleições de 1991, inclusivamente por razões táticas e estratégicas, esteve ligado a Miguel dos Anjos da Cunha Lisboa Trovoada, contudo, nunca foi dominado por uma única personalidade. O partido atualmente depende somente da estratégia do seu corpo diretivo. Pode-se considerar que o MLSTP/PSD e o PCD mantêm um certo grau da democracia intrapartidária, o que já não acontece no caso do ADI e MDFM-PL. Esses dois partidos ADI²⁰ e MDFM-PL apresentam outro figurino porque estão ligados a um criador (Presidente da República). A voz de comando e a dependência financeira estão fortemente relacionadas com o criador. No nosso entender, esses quatro partidos podem ser divididos em dois grupos. O PCD e o MLSTP-PSD são partidos que cumprem o padrão normal de criação de partidos, pois são partidos que surgiram através de um grupo de indivíduos, logo existe no seio dos partidos várias hipóteses de liderança, a que podemos chamar partidos de várias lideranças. Temos o outro grupo formado por ADI e o MDFM-PL que são partidos que surgiram por orientação de um indivíduo, enquanto Presidente da República, e estão ligados aos mesmos, por isso chamamo-los de partidos dos Presidentes da República. Dentro deste contexto, podemos dizer que após a instauração do regime democrático, ao longo dos anos têm surgido novos partidos e os novos partidos sempre surgiram após dissidência política interna dos partidos ou ainda em conflito com o PR. O desenho partidário em STP é feito com esses principais partidos acima referidos. Destaca-se que nas primeiras legislativas multipartidárias em S. Tomé e Príncipe observou-se um nível de participação eleitoral elevado, com 76,7% dos eleitores recenseados a contribuírem para a eleição de um novo Governo. Destas eleições resultou a seguinte composição da Assembleia Nacional: o PCD/GR ficou com 33 deputados correspondente a 60%, enquanto o MLSTP-PSD, o partido derrotado, ficou com 21 deputados, cerca de 38% e, por último, o CODO, o partido menos votado, ocupou uma única cadeira

¹⁹ Informação retirada do jornal online diariodigital.sapo.pt e www.asemana.publ.cv

²⁰ É de referir que atualmente o partido é liderado pelo filho do antigo Presidente Miguel dos Anjos da Cunha Lisboa Trovoada.

que lhe deu 2%²¹. E no quadro 2 demonstra-se como estão distribuídos os mandatos dos partidos nos Governos e as vezes que venceram as eleições desde 1991-2014.

Quadro 2 - Lista dos partidos que já estiveram no poder desde 1991 a 2014.

Partidos	Números de vezes que governou o país	Número de vezes que ganhou as eleições
MLSTP/PSD	10	3
ADI	4	1
PCD	2	1
MDFM/PL	1	1

Fonte – Assembleia Nacional de STP.

E tendo em conta o Quadro 2, podemos concluir, ganhar eleições não é a condição necessária para governar. O partido MLSTP-PSD ganhou eleições três vezes, mas esteve a governar o país por dez vezes. Neste Quadro só o partido MDFM/PL as vezes que ganhou as eleições corresponde ao número de vezes que esteve a governar o país. É uma demonstração de que os Governos não são formados tendo em conta os resultados eleitorais, mas sim outras variáveis. Por isso colocou se no quadro 3 os Governos em análise e os seus resultados eleitorais.

Quadro 3 -Lista dos Governos em análise

Líder do Governo	Partidos de apoio ao governo	Números de deputados de apoio ao governo	Números de deputados na oposição	Os partidos de oposição na Assembleia Nacional	Período de governação
Daniel Daio	PCD-GR	33 deputados	22 deputados	MLSTP-PSD,CODO,	1991-1992
Norberto Costa Alegre	PCD-GR	33 deputados	22 deputados	MLSTP-PSD, CODO,	1992-1994
Damião Vaz de Almeida	MLSTP-PSD, ADI	24 deputados	31- deputados	Uê Kédádji, MLSTP-PSD, PCD-GR, MDFM	2004-2005
Tomé Vera Cruz	MDFM-PL, PCD-GR	23 deputados	31 deputados	MLSTP-PSD, ADI, Novo Rumo	2006-2008
Patrice Trovoada	MDFM/PCD, ADI e Novo Rumo	35 deputados	20 deputados	MLSTP-PSD	2008-2008
Patrice Trovoada	ADI	26 deputados	29 deputados	MLSTP-PSD, PCD e MDFM-PL	2010-2012

Fonte: Assembleia-Nacional

2. Demissões dos Governos por parte dos Presidentes

Conclui-se em STP a mudança do regime com a realização de eleições presidenciais, e o único candidato a PR, Miguel dos Anjos da Cunha Lisboa Trovoada, que esteve exilado durante nove anos em Paris, no dia 3 de março de 1991 foi incontestadamente eleito como o primeiro Presidente do novo

²¹ Informação retirada do aite da Assembleia Nacional de STP.

regime (cargo que exerceu entre 1991-2001), com 81,8% dos votos dos eleitores (Seibert, 2002: 222-226).

Como já se frisou anteriormente, o PCD-GR, o primeiro partido que surge com a abertura política e que foi criado por alguns elementos do antigo partido único, aproveitou as influências de Miguel dos Anjos da Cunha Lisboa Trovoada na cena internacional, para a obtenção de fundos para o partido e, em contrapartida, Miguel dos Anjos da Cunha Lisboa Trovoada tirou proveito do apoio logístico do partido PCD-GR (Seibert, 2002: 241). Apesar de alguns meses antes das eleições ter havido aliança e cumplicidade entre ambos, e tudo indica que foi feita apenas por razões de tática eleitoral, não foi possível o primeiro Governo do PCD manter-se no poder durante muito tempo, porque as relações com o PR começam meses depois a entrar num declínio (Santo, 2008). O primeiro Governo do PCD-GR, liderado por Daniel Daio, e o PR, que inauguraram o regime democrático e uma nova forma de fazer política em STP, só coabitaram no poder somente cerca de 14 meses. É de referir que Miguel dos Anjos da Cunha Lisboa Trovoada durante o período do seu mandato (dez anos) coabitou com oito primeiros-ministros, em que em média cada um destes Governos permaneceu no poder cerca de um ano e três meses. Porque tudo indica que os problemas entre o Presidente e o primeiro Governo do PCD surgiram quando o Presidente Miguel dos Anjos da Cunha Lisboa Trovoada e o Governo questionaram os poderes constitucionais mútuos do Presidente com relação à área da defesa, ao direito de presidir os Conselhos de Ministros e ainda de demitir o Governo sem consentimento do parlamento. Vários autores (Seibert, 2002: 244-245; Santo, 2008: 151) advogam que a interpretação da Constituição de 1990 por parte dos atores políticos são-tomense nalguns pontos, referentes a demissão do Governo e dissolução da Assembleia Nacional, ou ainda no que concerne ao art.º 76º alínea i, em que constava o seguinte, “que o Presidente podia presidir ao conselho de ministros sempre que entendesse”, ou seja, o Presidente podia interferir nos assuntos do Governo. Pois, na interpretação do antigo Presidente, Miguel dos Anjos da Cunha Lisboa Trovoada, mesmo que não estivesse à mesa do Conselho de Ministros, um tema relacionado com a sua área de atuação, como a defesa e a segurança e política externa, era necessária a sua presença nos Conselhos de Ministros (Santo, 2008: 151). Esses poderes do PR, para Liberato Moniz, tornaram o *Presidente num elemento ativo e não numa mera “figura de corta-fitas”*²². Próprio Miguel dos Anjos da Cunha Lisboa Trovoada²³ refere que na constituição *havia contradições e potenciais conflitos de competências dos órgãos do poder*²⁴ A isso Edalina Sanches refere *que a constituição tinha este figurino porque em primeiro lugar não foi aberta ao debate a todos e os atores políticos que a conceberam o fizeram-no com intuito de os beneficiar quando viessem a ocupar os cargos políticos.*²⁵

²² Entrevista realizada pelo autor da dissertação em janeiro de 2014.

²³ Primeiro Presidente do regime democrático em STP de 1991-2001.

²⁴ Entrevista dada aos órgãos de comunicação em STP no dia 17/3/2014
<http://www.kinteglanji.com/index.php/kg-play>.

²⁵ Entrevista dada ao autor desta dissertação no dia 11/04/2014.

Com este figurino na Constituição estavam criadas as condições para a luta pelo poder entre o Presidente e os Governos. Desta forma emergiram também os problemas antigos inerentes ao comportamento do período de luta para a libertação de STP e demonstraram que não estavam de todo esquecidos nem sarados. Por isso, as despesas excessivas do Presidente também foram invocadas no conflito político. Graça (2011: 47-55) refere que já nos anos 60 Miguel dos Anjos da Cunha Lisboa Trovoada, enquanto fundador do CLSTP, era visto pelos seus pares como alguém que descurava a principal tarefa do comité e se mergulhava em despesas em seu proveito, à custa do comité. Posto isto, consideramos que independentemente dos poderes do Presidente, neste caso específico, o conflito entre PCD e Miguel dos Anjos da Cunha Lisboa Trovoada estava ligado a questões financeiras e demonstrações de poder. Por isso, o Presidente Trovoada e o Governo do partido PCD-GR, eleito com uma maioria absoluta, entraram em rotura, o que levou à exoneração do então primeiro-ministro Daniel Daio (1991-1992). O então ministro da justiça, Olegário Tiny, considerou a demissão *como golpe constitucional* (Seibert, 2002: 245). A situação ficou de tal forma deteriorada que o novo Governo do PCD chefiado por Norberto Costa Alegre, que veio substituir o anterior, também foi demitido (1992-1994).

A justificação do Presidente Miguel dos Anjos da Cunha Lisboa Trovoada para as demissões centrou-se no agravamento do mau relacionamento político. No Jornal ST digital constatou-se que o Presidente acusou o partido PCD do primeiro-ministro de questionar muitas vezes os poderes do chefe de estado²⁶. O PCD, na voz do seu secretário-geral emitiu um comunicado através da imprensa nacional, acusando o PR, Miguel dos Anjos da Cunha Lisboa Trovoada, *de obstrução sistemática do programa do Governo e de constituir o mais ativo opositor do partido em não promulgação dos decretos governamentais de carácter social e de fomentar instabilidade política*. Enquanto isso, o presidente Miguel dos Anjos da Cunha Lisboa Trovoada no seu decreto presidencial justifica a demissão nestes termos: *era necessário pôr fim a um mau relacionamento político, que se agravava, entre o Presidente da República e o chefe do Governo por falta de lealdade institucional de algumas ações do Governo, ... por não ter informado de acordos bilaterais* (Seibert, 2002: 251). Uns anos mais tarde, em 1997 na comemoração da independência do país, o PR Miguel dos Anjos da Cunha Lisboa Trovoada no seu discurso do dia 12 de julho de 1997 à nação são-tomense, referiu dos políticos da seguinte forma:

...existe uma manifesta dificuldade de comunicação entre os responsáveis políticos, que tendem a fechar-se numa espécie de insularidade individual, talvez como reflexo da insularidade geográfica do ambiente, ou então a refugiar-se nos guetos familiares ou partidários, sem grande disponibilidade para a abertura e o diálogo (Santos, 2008: 230).

Com estas palavras do Presidente Miguel dos Anjos da Cunha Lisboa Trovoada, fica a demonstração de que por parte do mesmo há pouca disponibilidade para diálogo, e pouca vontade para entendimento, indo assim ao encontro do que já referimos, através de Canotilho e Moreira (1991: 67-

²⁶ Informação retirada de http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/AS08_137.pdf.

68), porque sem respeito ao Governo será difícil garantir e manter uma relação pacífica. Salienta-se aqui o que Edalina Sanches abordou referente à figura do PR, em STP, na entrevista que nos concedeu. Para ela, *o presidente da república intervém muitas vezes, porque existe um conjunto de partidos que devido ao seu peso eleitoral, tem poucas hipóteses de atingir uma maioria parlamentar e o presidente é obrigado a tentar o consenso entre os partidos, quando ele é claramente partidário*²⁷.

O segundo Presidente, Fradique de Menezes²⁸, eleito democraticamente em 2001, com apoio de quase todos os partidos com assento na Assembleia Nacional (ADI, PCD-GR, CODO), não fugiu à regra do seu antecessor. Logo depois da sua eleição, demitiu um Governo de maioria absoluta, do MLSTP/PSD, chefiado por Pósser da Costa, por conseguinte o único partido com assento na Assembleia Nacional que não o apoiou nas eleições. Tudo indica que a demissão teve como base a pretensão do recém-eleito PR em colocar no Governo Patrice Trovoada, líder do ADI, e os seus apoiantes, e desta forma melhor controlar as questões de financiamento, e por isso terá escolhido Evaristo de Carvalho, um dos seus apoiantes, para chefiar o Governo de transição até às eleições, que foram realizadas em 2002 (Santo 2008: 152).

Por isso Santo (2008: 152) argumenta que o Presidente Fradique de Menezes ao colocar no poder um Governo com ministros da sua confiança e os seus apoiantes, teve como principal objetivo criar condições para a realização do projeto político do Presidente. Depois das eleições em 2002, ganhas por MLSTP-PSD, o Presidente torna a demitir mais um Governo, mas desta vez o Governo liderado por Gabriel Costa. Tudo indica que a demissão de Gabriel Costa em 2002, do Governo do MLSTP-PSD com apoio dos partidos MDFM-PL e PCD, teve como base as divergências pessoais entre o primeiro-ministro, Gabriel Costa, e o ministro de defesa, Victor Monteiro, que era afeto ao Presidente. O Presidente demitiu o Governo apelidado de *unidade nacional*, depois de o ministro da defesa ter apresentado a sua demissão²⁹.

Em 2004 Fradique de Menezes, depois de alguns dias de incerteza, também demitiu o X Governo Constitucional, chefiado por Maria das Neves do MLSTP/PSD, devido ao escândalo financeiro ligado ao Gabinete de Gestão das Ajudas (GGA)³⁰. A primeira-ministra demitida alegou que o Presidente da República o fez numa demonstração de *poder totalitário*³¹.

Uns anos mais tarde o Presidente Fradique de Menezes protagonizou um episódio que colocou o país em quase todos os jornais. Se não vejamos: com uma maioria de dois terços de deputados na Assembleia Nacional estavam criadas as condições básicas para a revisão constitucional, para

²⁷ Entrevista dada ao autor desta dissertação no dia 11/04/2014.

²⁸ Foi durante muito tempo embaixador na Bélgica, representante de STP para FAO, UNESCO, e também ministro de negócios estrangeiros e da cooperação até 1988.

²⁹ Informação retirada do jornal online TSF do dia 22 de setembro de 2002.

³⁰ Este gabinete tinha como função gerir contrapartidas da comercialização da ajuda proveniente das instituições internacionais e de países doadores e estava sob tutela do ministério de comércio.

³¹ Ver o site <http://pululu.blogspot.pt>.

clarificar alguns artigos que desde 1991 tinham suscitado conflitos político-constitucionais entre o Presidente e Governo. As emendas apresentadas pelos deputados reduziram os poderes do Presidente da República, reforçando as competências do Governo e do parlamento. O Presidente, descontente com a situação, responde publicamente com um comunicado aos deputados, com a dissolução da Assembleia e com a marcação de eleições antecipadas. Mas, menos de 24 horas depois, o Presidente volta atrás com a pretensão de dissolver a AN. Após alguns dias de conversações entre as instituições democráticas é assinado um memorando de entendimento³².

No contexto acima descrito, tanto Miguel dos Anjos da Cunha Lisboa Trovoada como Fradique de Menezes, aquando das demissões dos Governos, para além de alegarem falta de diálogo entre as partes e deslealdade constitucional, também apoiaram as suas demissões na Constituição da República³³ e invocaram o art.º 76^o³⁴ alínea g, que referia que, por iniciativa própria o Presidente podia demitir o primeiro-ministro sem consulta prévia.

O problema de instabilidade política em São Tomé e Príncipe não parece por isso estar na dimensão formal do texto constitucional e correspondente regime do Governo. Porque independentemente do diferendo dos políticos em relação à Constituição, acima de tudo, como refere Dahl (2000: 173-179), num país democrático pacífico, a resolução dos conflitos políticos devem obedecer em primeiro lugar, à negociação, conciliação e compromisso de forma a encontrar uma plataforma comum. O autor considera que os atores políticos também devem saber navegar com tempo tempestuoso e perigoso, porque só navegar com bom tempo não é suficiente para alcançar uma democracia estável e duradoura, com protagonistas com experiência para ultrapassar conflitos sem roturas. Mas para André Corsino Tolentino³⁵, a *ausência do diálogo é mal maior para resolução dos conflitos em STP*. Tolentino considera ainda que em STP *o diálogo não foi instalado como mecanismo exemplar para a escolha de uma agenda política comum e a transformação da sociedade*. Enquanto isto, Leonel Mário D'Alva³⁶ considera que *os poderes do presidente tem sido um dos motivos dos conflitos em STP*. Tolentino refere que *a estratificação social do tempo colonial não foi eficazmente alterada para criar equilíbrio social e político em STP*. Arlindo Afonso Carvalho³⁷ considera que independentemente das diferentes interpretações da Constituição, um regime democrático deve ser entendido como uma oportunidade privilegiada de afirmação de todos na procura de melhor caminho e solução para o país.

³² Informação retirada do jornal revista de negócios estrangeiros in <http://www.academia.edu>.

³³ Constituição da República de STP, de 1990 na qual prevaleceu até 2003

³⁴ Este artigo foi retificado pela Assembleia Nacional em 2003.

³⁵ Entrevista-questionário dada ao autor da dissertação em 2014.

³⁶ Entrevista realizada pelo autor da dissertação no dia 5 de fevereiro de 2013, em S. Tomé.

³⁷ Entrevista dada ao autor desta dissertação no dia 4/06/14, em Lisboa.

3. Demissões dos Governos através das Moções de Censura

Em 2006, observa-se mais uma vez uma situação pouco vulgar na queda de um Governo: o Governo de Patrice Trovoada esteve no poder somente três meses e foi derrubado por um dos partidos que fazia parte da coligação (PCD), conjuntamente com o partido de oposição (MLSTP-PSD). Delfim Neves, secretário-geral do Partido da Convergência Democrática (PCD) que fazia parte do Governo e que fez cair o Governo, justificou a posição do partido com o argumento de incumprimento de uma promessa por parte do partido ADI. A promessa que Delfim Neves refere por parte do Evaristo de Carvalho, secretário-geral adjunto da Ação Democrática Independente (ADI) - partido de Patrice Trovoada, reportava-se principalmente a apoio financeiro: segundo o mesmo, Evaristo de Carvalho tinha prometido que *em uma semana haveria 50 milhões de dólares americanos para o Orçamento Geral do Estado e que dois meses depois de assumir funções, o primeiro-ministro Patrice Trovoada havia de mobilizar mais de 700 milhões de dólares americanos vindos da Venezuela*.³⁸

Enquanto isto, Rafael Branco, líder do MLSTP/PSD, cujo partido da oposição também fez cair o Governo como já referimos, disse, *que diferença entre o orçamento que as bancadas do MLSTP-PSD e da ADI chumbaram do anterior Governo pouco ou nada mudou neste orçamento, por isso devemos manter a mesma postura que adotamos em fevereiro, ou seja, fazer cair o Governo*³⁹. Por outro lado, Albertino Bragança do PCD disse que Governo *na pessoa do Sr. Patrice Trovoada deveria dar prova de idoneidade, seriedade e transparência na gestão dos assuntos do Estado*⁴⁰.

Tendo em conta o que foi referido anteriormente, em 2012 a AN é confrontada mais uma vez com uma moção de censura pouco vulgar, tendo em conta o autor da mesma. Iremos concentrar-nos nesta moção de censura de 2012 por ser a mais recente e por acharmos que existem mais elementos de análise e pela sua própria especificidade. É de referir que após os resultados das eleições legislativas de 2010, a AN ficou composta por quatro partidos (ADI, MLSTP/PSD, PCD e MDFM-PL), e na qual dos 55 deputados da AN o partido do Governo (ADI) tinha vinte e seis (maioria relativa), enquanto os restantes vinte e nove estavam distribuídos pelos partidos de oposição, sendo o MLSTP/PSD (21), PCD (7) e MDFM-PL (1)⁴¹. (Ver o Quadro 4)

As eleições legislativa de 2010 teve uma afluência de participação de aproximadamente 88 por cento dos 80.000 eleitores inscritos. É de destacar que o partido ADI nestas eleições faz história e consegue pela primeira vez uma vitória nas eleições legislativas e ao mesmo tempo consegue dominar dois distritos mais populoso do país: Água Grande e Mé-Zochi. Mas o resultado obtido nas eleições não permitiu ADI domínio na AN, nem trouxe ao Governo do ADI tranquilidade necessária para governar.

³⁸ Informação retirada no jornal online de 14 de maio de 2008 <http://www.panapress.com/>

³⁹ Informação retirada do jornal online de 15/08/2008 <http://www.africanidade.com>.

⁴⁰ Ver http://www.youtube.com/watch?v=_hY8cxIjjX0.

⁴¹ Informação retirada do site da Assembleia Nacional. <http://www.parlamento.st/>.

Quadro 4 - Resultados das eleições legislativas de 2010

Partidos	Resultados Eleitorais	Percentagens
ADI	26 deputados	45%
MLSTP	21 deputados	37%
PCD	7 deputados	13%
MDFM/PL ⁴²	1 deputado	2%
Seis partidos sem assento na Assembleia Nacional ⁴³	nenhum deputado	3%

Fonte- Assembleia Nacional de STP e Wikipédia

Depois de várias sessões em que na AN era patente o descontentamento dos deputados com relação à atuação do Governo, em vez de partirem para o diálogo, como refere Tolentino, para encontrarem *um consenso político sobre as reformas a realizar e os sacrifícios a fazer para o país*, partem sim para o derrube do Governo. Em julho de 2012 o partido MLSTP/PSD apresentou uma moção de censura, com o argumento de que o XIV Governo *não cumpria promessas eleitorais, não havia prestação de contas sobre execução orçamental* e estava patente uma constante subida de custo de vida. O então Presidente da Assembleia Nacional que, por conseguinte, era do ADI, impediu a sua votação por considerar que nela não existiam questões de relevância⁴⁴.

Desta forma 14 deputados afetos aos partidos MLSTP e PCD voltam a apresentar uma segunda moção de censura em 2012 contra o XIV Governo Constitucional, chefiado mais uma vez por Patrice Trovoada. Como já se referiu, essa moção de censura foi uma iniciativa de um grupo de 14 deputados dos 29 que correspondiam à maioria da AN, dos partidos MLSTP/PSD, PCD e do MDFM-PL, que invocaram entre vários motivos, *a gestão danosa por parte dos membros do Governo, atos de corrupção e deslealdade constitucional, o facto de o executivo gerir em improviso e a falta de pagamento regular das bolsas aos estudantes no estrangeiro*⁴⁵. O PR Manuel Pinto da Costa, questionado pelos jornalistas da RDP África aquando da sua visita a Portugal em 2012, em relação à hipótese da existência de uma moção censura que podia fazer cair o Governo, respondeu que *a moção de censura faz parte do jogo democrático que não pode confundir-se com instabilidade*. Mas após a queda do Governo, o PR referiu que *fez todos os possíveis para que os partidos se entendessem, antes da queda do Governo*. Referiu ainda que o partido ADI *só estava interessado em negociar com um único partido de oposição e não com vários como o Presidente tinha sugerido*⁴⁶. A isso o antigo

⁴² Perdeu 22 deputados em relação as ultimas eleições

⁴³ União dos Democratas para Cidadania e Desenvolvimento (UDD), Frente Democrática Cristã (FDC), Movimento Socialista (MS), União Nacional para a Democracia e Progresso (UNDP), Confederação Democrática Nacional/Fêssu Bassóla (CDN) e Coligação Democrática da Oposição (CODO).

⁴⁴ Informação retirada do jornal online “ O País” do dia 4/12/2012 www.opais.net/pt/.

⁴⁵ Informação retirada no jornal Têla Nón do dia 21 de novembro 2012 e do jornal O País do dia 4/12/2012.

⁴⁶ Informação retirada no jornal online Tela Non do dia 12/03/2014 www.telanon.info/politica/

Presidente Miguel dos Anjos da Cunha Lisboa Trovoada numa entrevista a televisão privada em STP disse que:

...os partidos políticos não podem estar em democracia à mercê de quem quer que seja, nem mesmo do Presidente da República. Não há nenhuma autoridade constitucional ou política que possa dizer ao partido com quem deve dialogar ou fazer parceria política que lhe dê sustentabilidade para governar. Existe sim por parte do Presidente uma atitude autoritária de fazer política, prepotência e vontade política em querer mandar em toda gente. Referiu ainda que Constituição da República não pode ser a vontade do Presidente Manuel Pinto Costa, nem dos governantes⁴⁷.

Após a demissão do Governo de Patrice Trovoada, numa carta à nação são-tomense o Presidente Manuel Pinto Costa referiu que:

...pedi ao Presidente da ADI, Patrice Trovoada, para me propor um novo primeiro-ministro do seu partido, uma vez que tinha constatado que a principal divergência estava centrada, por parte dos partidos da oposição, na forma como o chefe de Governo exercia as suas funções, não respeitando, segundo esses partidos, as exigências democráticas perante a Assembleia, com falta de diálogo e de prestação de contas sobre a sua governação e o caminho que pretendia para o país. Quando esperava encontrar um comportamento baseado na responsabilidade e sentido de Estado que a situação do país exige, apenas fui confrontado com atitudes de intransigência, arrogância e até falta de respeito para com o chefe de estado eleito democraticamente, por sufrágio direto e universal, há pouco mais de um ano, atitudes essas que inviabilizaram uma solução rápida para a crise. Nestes termos, tomei a decisão de encontrar a melhor solução para estabilidade com o mínimo de custos para o país.

Na carta, ao justificar o porquê de não haver eleições antecipadas, o PR teceu o seguinte comentário. *No cumprimento estrito dos poderes que me são constitucionalmente atribuídos, solicitei ao MLSTP-PSD, segundo partido mais votado nas últimas eleições, que propusesse um primeiro-ministro que esteja em condições de formar um Governo, com sustentabilidade parlamentar, que contribua para a estabilização da situação política, que não ponha em causa o trabalho dos últimos anos e que preserve a imagem externa do nosso país.*⁴⁸ O PR, Manuel Pinto da Costa, tendo outras hipóteses, como a convocação de novas eleições, para que fosse possível ao eleitorado ditar nas urnas quem realmente devia governar, optou por uma saída em que pudesse dar o seu cunho pessoal. Nesse sentido, Manuel Pinto da Costa disse o seguinte: *Como PR a quem cabe uma posição suprapartidária, é a única solução constitucionalmente possível para, sem recurso a eleições, resolver esta crise artificialmente criada*⁴⁹. Tolentino crê que o Presidente da República *não tem podido exercer o poder simbólico de cimento da nação* e vai mais longe referindo que a *elite política, Governo e oposição juntos, não têm estado à altura das expectativas do povo de São Tomé e Príncipe que os elegeram.*

É de destacar que apesar de o Governo ter sido derrubado por uma moção de censura, o Presidente Manuel Pinto da Costa não se livrou das críticas do partido ADI em 2012 através dos meios

⁴⁷ Ver jornal Em Linha direta no site www.kinteglanji.com/

⁴⁸ Informação retirada no jornal online tela non do dia 11/12/2012 <http://www.telanon.info/politica>.

⁴⁹ Informação retirada do jornal Tela Non do dia 11/12/2012 www.telanon.info/politica.

de comunicação pública em STP. Numa carta de despedida à nação são-tomense, o então líder do Governo, Patrice Trovoada, destacou o Presidente da República como o principal culpado da queda do Governo e da instabilidade reinante no país. Referiu:

que o Presidente Manuel Pinto da Costa escolheu abater um Governo legítimo que ainda há poucos dias recebeu o apoio de milhares de são-tomenses de todos os horizontes sociais implorando estabilidade e gritou em voz alta, "deixem o Governo trabalhar". O Presidente da República fê-lo por vontade própria. Fê-lo igualmente nesta data, desta forma e nestas circunstâncias, porque escolheu o momento para o fazer.

O líder do partido frisou que o Presidente *obedeceu a uma agenda cuidadosamente elaborada e que a instabilidade está ainda presente no sistema de governação e que ainda não estão ao abrigo de aventuras e de aventureiros políticos, movidos pelos egos e pelos interesses particulares de grupos*⁵⁰.

Patrice Trovoada referiu ainda que, com a aprovação da moção de censura, *o país recuava em termos políticos e económicos e considerou também que a moção de censura era uma fraude sem precedentes na história da democracia são-tomense que desvirtua o voto popular e toda a sua essência. Para o líder do ADI, a queda do Governo deveu-se principalmente aos oportunistas e usurpadores, reunidos num sindicato de partidos, que na impossibilidade de conquistar o poder pela via das urnas, não se importam de desferir golpes baixos, renunciando a todos os valores basilares da sociedade, deturpando a essência da democracia, das disposições constitucionais, enfim, da vontade popular soberana*⁵¹.

No mesmo registo, Levy Nazaré, o líder parlamentar do ADI, disse que o Presidente *é parcial e que o objetivo do Presidente da República é tirar um Governo eleito pelo povo, para meter os seus comparsas de há muito tempo no poder. O Pinto da Costa e todos os seus, têm que entender que agora estamos em democracia, não estamos mais na ditadura. Isto é a determinação de um povo*⁵². É de referir que Gabriel Costa, o primeiro-ministro que veio substituir Patrice Trovoada, na altura era líder de um partido que não tinha nenhum deputado na AN, por isso foi considerado por parte do ADI como uma figura afeta ao Presidente. Gabriel Costa, no seu primeiro discurso de mais de uma hora aos deputados na AN, teceu duras críticas ao antigo Governo. Considerou que por parte dos antigos governantes *houve uma gestão danosa e atitude de clientelismo político e de utilização indevida do dinheiro do Estado* e frisou que *todos os culpados deviam ser entregues à justiça*⁵³. Este mesmo primeiro-ministro, apoiado e sustentado pelos três partidos com assento na Assembleia Nacional (ver o quadro 3 nos partidos de oposição do Governo de Patrice Trovoada), passado ano e meio (2014) é

⁵⁰ Informação retirado no jornal online Tela Non do dia 6/12/2012 www.telanon.info/politica.

⁵¹ Informação retirada do jornal online nutixa ye do dia 7/12/ 2012 em nutixaye.wordpress.com.

⁵² Informação retirada do jornal online do dia 6/12/2012 www.telanon.info/politica.

⁵³ Ver o site <http://www.youtube.com/watch?v=b1uqYPQBjxk>.

visto por Jorge Amado, Presidente⁵⁴ do maior partido (MLSTP-PSD) que deu a cara e ajudou nas críticas ao Governo de Patrice Trovoada, como sendo um Governo que *não deu prova, não tem capacidade de ação diplomática para conseguir financiamento para o país*, e adiantou que ficou *dececionado e desiludido* com a liderança de Gabriel Costa. Referiu ainda que o XV Governo, o de Gabriel Costa, empossado em dezembro de 2012, se mantém ainda no poder porque o MLSTP-PSD é o partido *da estabilidade* e não gosta de ser conotado como o partido da instabilidade. No nosso entender, depois de ter apoiado e liderado esta estrutura governamental, o MLSTP-PSD, numa jogada política com intenção de se libertar da gestão do Governo, tenta através do seu líder distanciar-se e fazer crer que o Governo é uma criação interessada do Presidente da República.

Em todas as situações referidas anteriormente, em que os Governos foram demitidos através da Assembleia Nacional, apesar de a Assembleia Nacional ser um órgão de fiscalização do Governo, e por isso o Governo deve prestar sucessivamente contas a este órgão, não foi possível verificar através do procedimento de fiscalização quaisquer comentários dos deputados a referir, por exemplo, o descontentamento da população, ou mesmo a referir dados estatísticos da inoperância do Governo. Por isso, fica-nos a ideia de que as quedas dos Governos poderão não ter a ver com a incapacidade dos Governos em resolver problemas sociais, mas sim com o confronto direto entre os atores políticos. Corrobora esta ideia o facto de o antigo primeiro-ministro, Patrice Trovoada, ter referido⁵⁵ que o seu Governo caiu porque tal foi *orquestrado e organizado* pelo Presidente Pinto da Costa.

Neste contexto, podemos referir que há uma incapacidade das instituições democráticas na sua relação com o Estado e a sociedade, para a operacionalização dos diferentes mecanismos que concorram para a produção de consensos políticos e sociais, a partir da efetiva análise da natureza dos problemas e correspondente visão estratégica para a sua solução por parte dos atores políticos, económicos e sociais, para o bem de todos. Arlindo de Carvalho na entrevista que nos concedeu reforça essa ideia de incapacidade dos atores políticos são-tomenses. Para ele, a incapacidade tem muito a ver com *grande nível de interesse particular dos políticos* que de certa forma *emperra o consenso político*. No entender do mesmo, a instabilidade governativa em São Tomé e Príncipe acaba por ser o resultado da própria institucionalização de um *ambiente de clivagem* entre os atores políticos, que está condicionado pelo *modelo de redistribuição social* do rendimento. Os políticos transformaram os benefícios de competitividade política numa opção estratégica para a defesa dos interesses pessoais.

Arlindo Afonso de Carvalho considera ainda que a AN representa um grupo de interesse que ao longo do tempo tem vindo a traduzir-se num ambiente de persistente e crescente *fragmentação dos diferentes grupos de interesse* cuja afirmação estratégica no interior do sistema político, económico e social não obedece aos fundamentos ideológicos e estratégicos que correspondem à afirmação da

⁵⁴ Informação do dia 28/05/14 no <http://www.rtp.pt/rdpafrica/index.php?t=MLSTP-PSD-desiludido-com-Gabriel-Costa.rtp&article=2779&visual=6&tm=10&headline=16>.

⁵⁵ Ver o http://www.youtube.com/watch?v=s0by789BttA&list=TL2HwWuFuk31QSaBiBjnhnhFX_uM3494dH.

matriz partidária que estão inerentes aos diferentes mecanismos de competitividade política e *consequente alternância de poder político*. Arlindo Afonso de Carvalho avança ainda que os diferentes momentos das quedas dos Governos na Assembleia Nacional têm estado associados a diferentes grupos de interesses que se organizam no interior dos diferentes espaços partidários para se afirmarem *como fontes de legitimação do poder*, quer para garantir o apoio parlamentar a um dado Governo na sua formação e exercício, quer para *retirar o referido apoio parlamentar*. É neste ambiente de fragmentação da oposição e de governação pelos diferentes grupos de interesses que os atores políticos são-tomenses se encontram ancorados. É neste quadro de relativa imprevisibilidade dos critérios de avaliação das opções governativas por parte de alguns partidos ou coligação de partidos no poder, ou ainda da oposição, que a responsabilidade de um dado PR no exercício da sua magistratura presidencial nunca poderá ser assumida como uma decisão estritamente pessoal. Sendo uma decisão pessoal qualquer que seja o Governo formado em resultado da intervenção do Presidente em STP, provoca uma fragmentação entre os atores políticos são-tomenses. Por isso, Arlindo Afonso de Carvalho refere que a *garantia da estabilidade política e governativa* não passa pela introdução de alterações no funcionamento do sistema político e consequentes eventuais alterações no texto da Constituição. Porque para ele, na sociedade são-tomense existe uma *fragmentação dos diferentes grupos de interesses que têm vindo a servir de suporte ao funcionamento das diferentes instituições que integram o Estado na sua relação com a sociedade em S. Tomé e Príncipe*.

4. Demissões dos Governos por Iniciativa dos Primeiros-Ministros

Aqui neste ponto, a finalidade é abordar as decisões individuais dos primeiros-ministros nas suas demissões, mas ao mesmo tempo tentar-se descrever o peso do presidente nessas decisões. Em 2005, com um Governo de coligação entre os partidos MLSTP/PSD e a ADI, depois de oito meses no poder, o primeiro-ministro Damião Vaz de Almeida pede a sua demissão. O pedido de demissão foi justificado principalmente por o PR não ter apoiado o Governo aquando da manifestação dos quadros do Estado e por causa da forma como o Presidente Fradique de Menezes negociou a atribuição das explorações na zona petrolífera conjunta com a Nigéria, designadamente após o chefe de estado são-tomense ter confirmado que chegara a acordo com o seu homólogo nigeriano sobre o leilão para a atribuição de cinco blocos petrolíferos da zona de exploração conjunta no Golfo da Guiné, surpreendendo assim o Governo.⁵⁶

Em 2006, os partidos MDFM-PL e PCD coligados ganham as eleições e dos 55 deputados possíveis a coligação fica com 23 deputados, o que representa a maioria absoluta, enquanto o MLSTP/PSD fica com 20 deputados e a coligação liderada por Tomé Soares da Vera Cruz é convidada a formar o décimo Governo constitucional de São Tomé e Príncipe. Neste ponto urge destacar a demissão do chefe do Governo de coligação, Tomé Soares da Vera Cruz, secretário-geral do

⁵⁶ Informação retirada do site <http://notasformais.blogspot.pt/2009/10/embaixador-de-s-tome-e-principe-damiao.html>.

MDFM-PL, que ficou no poder cerca de dois anos, saindo depois de ter retirado, em fase de votação, a proposta do Orçamento Geral do Estado em discussão na AN e colocando o seu lugar à disposição do Presidente, evitando uma possível moção de censura na AN. Durante o acontecimento, o então líder do partido MLSTP-PSD, Rafael Branco, e o PCD que fazia parte do Governo mas que alinhou com a oposição, considerou que a queda do Governo teve como base a falta de negociação do líder Tomé Vera Cruz, caso o mesmo tivesse sabido negociar, *o país estaria hoje com uma maioria parlamentar sustentável, com um Governo que teria o seu orçamento aprovado*⁵⁷.

Mais uma vez, apesar de publicamente o PR não ter tido influência na queda do Governo. O primeiro-ministro Tomé Vera Cruz da coligação MDFM-PL e PCD que saiu do Governo, em vez de fazer críticas ao seu parceiro da coligação, teceu fortes acusações ao Presidente da República Fradique de Menezes que era, por conseguinte, o mentor do partido MDFM-PL e o Presidente do partido. Numa carta aberta ao Presidente da República depois da sua demissão, o antigo primeiro-ministro Tomé Vera Cruz frisou que apesar do Presidente da República ser líder do seu partido,

*ficou com um sentimento de que todo o processo fora conduzido nos bastidores por si, Sr. Presidente Fradique de Menezes, pessoa a quem eu dei nos momentos mais difíceis da sua função todo o apoio político, enquanto isto, o meu afastamento da direção do MDFM-PL e do Governo foram por si minuciosamente planeados*⁵⁸. Se não vejamos, reforça o antigo primeiro-ministro Tomé Vera Cruz:

*...logo após as eleições de 26 de Março de 2006 e numa das reuniões da direção da coligação, presidida por si, para análise dos resultados, o Senhor, de forma infeliz, lançou a hipótese da coligação convidar o Dr. Patrice Trovoada do ADI a chefiar o Governo com justificação de que o Presidente de Gabão assim o aconselhou e a sua proposta caiu como um balde de água fria sobre os presentes.*⁵⁹

Tomé Vera Cruz frisa ainda que ao longo do mandato, o Presidente *foi demonstrando de um modo irresponsável e numa manifesta falta de solidariedade institucional e demonstração à população que só o Senhor estava preocupado com o problema do país*. Tomé Vera Cruz continua com críticas fortes ao PR, acusando-o como o *mentor de todo o esquema que esteve por detrás da queda do Governo*. Vai mais longe afirmando que o derrube do Governo era *para criar condições para surgir Patrice Trovoada*. Para finalizar, Tomé Vera Cruz remata dizendo que houve da parte do PR o *objetivo de aproveitar um processo de remodelação do Governo, absolutamente normal em democracia, para provocar a queda do mesmo*.⁶⁰ Por isso, Tolentino considera que para STP sair das constantes e sucessivas quedas dos Governos é preciso uma concertação de ideias para encontrar uma *plataforma de consensos para serem transformados em compromissos de execução obrigatória* e deve partir de *encontro nacional dos representantes do Estado (maioria e oposição), dos Trabalhadores*

⁵⁷ Informação retirada do jornal online do dia 7/03/2008 <http://www.bbc.co.uk/portugueseafrika/news/story/>.

⁵⁸ Informação retirada em <https://uk.groups.yahoo.com>.

⁵⁹ Informação retirada em <https://uk.groups.yahoo.com>.

⁶⁰ Informação retirada do jornal online do dia 27/05/2010 www.telanon.info/politica.

(centrais sindicais), do capital (investidores nacionais e estrangeiros) e da Sociedade civil organizada (ONG, fundações, etc.) Tolentino considera ainda que a elite política, para sair da situação em que se encontra de sucessivas quedas dos Governos, vai ter que *desencadear um processo de mudança de paradigma*, mas será *preciso que os políticos são-tomenses sejam altruístas para desempenharem eficazmente o seu papel de construir um caminho a que ele chamou de união de toda a nação*.⁶¹

Com base no que foi dito pelo ex-primeiro-ministro Tomé Vera Cruz, pode-se constatar que a base para as sucessivas quedas dos Governos em São Tomé e Príncipe provém da persistente ausência, por um lado, da necessidade de observância das regras constitucionais e dos objetivos inerentes aos processos eleitorais enquanto pilares que deviam concorrer para a estruturação e consolidação das diferentes fontes de legitimação do poder. E por outro lado, de uma necessidade constante dos atores políticos de se tornarem protagonistas a todo o custo da governação do país. Tendo em conta este pormenor, Arlindo Afonso de Carvalho sustenta que *os políticos devem partir para um esforço conjunto para traduzir-se na maior responsabilidade moral e ética para que, nas suas respetivas funções e espaços de intervenção enquanto atores políticos, económicos e sociais, passam a exigir a observância das regras de interesse nacional e não de grupos*.

As afirmações acima descritas do ex-primeiro-ministro Tomé Vera Cruz, retiradas do comunicado publicado no jornal online Tela Non, em 2010, sugerem que apesar das decisões das demissões serem atribuídas aos primeiros-ministros, nos casos em que nós abordamos elas são provocadas por pressões provenientes do Presidente da República. Por isso, o Presidente da República, como mediador e gestor do equilíbrio das forças políticas, não tem feito cabalmente o seu papel. Muito pelo contrário, tem promovido momentos de desconfiança e desconforto entre as partes integrantes do processo político são-tomense, o que de certa forma não proporciona a boa convivência dentro do próprio partido que o apoia, fugindo por completo da tarefa principal que já foi referida por Canotilho e Moreira (1991: 12-22), de elemento mediador e fator de equilíbrio da política governativa. Tolentino⁶² considera que há ainda uma necessidade de *alteração do sistema político e do comportamento dos titulares dos cargos públicos*, porque para ele o *sistema não funciona* tendo em conta as sucessivas quedas dos Governos *e o país não avança*. Porém, a lista das mudanças fundamentais deverá resultar de *um debate genuíno e diverso que não foi feito aquando da instauração da democracia*, para ele a própria *democracia* que é feita em STP *deve ser revista* nalguns aspetos, *no sentido de uma maior eficiência* na relação institucional entre os seus órgãos para atenuar a instabilidade política.

⁶¹ Entrevista dada ao autor desta dissertação em junho 2014.

⁶² Entrevista dada ao autor desta dissertação em maio 2014.

CONCLUSÃO

Verificou-se que os políticos são-tomenses por não terem reunido o maior número de contributos de todas as franjas sociais e por ter havido interesses políticos com objetivos de conservação de privilégio político, não tiveram o cuidado necessário de analisarem e de encontrarem um modelo político sólido que se enquadrasse com a realidade política são-tomense.

Conclui-se através dos casos analisados quer queda do Governo por iniciativa do primeiro ministro (Governo de MLSTP/PSD e a ADI, chefiado por Damião Vaz de Almeida e Governo de MDFM-PL e PCD chefiado por Tomé Vera Cruz), demissão através da moção de censura, (os dois Governos de ADI chefiado por Patrice Trovoada 2006 e 2012) e também queda do Governo através do Presidente da República, (o primeiro Governo do PCD-GR, liderado por Daniel Daio e o Governo do PCD chefiado por Norberto Costa Alegre) que os órgãos do poder (Presidente da República, Assembleia Nacional e o Governo), estão envolvidos nas demissões. Há a destacar a ligação, em alguns casos, da figura do Presidente da República a partidos políticos fora do Governo que condiciona em algumas situações a sua imparcialidade nas demissões dos Governos. Há também uma manifesta vontade dos Presidentes da República em se tornarem figuras-chave do poder ao chamar a si algumas tarefas específicas do Governo, o que condiciona de certa forma a sua imparcialidade na resolução dos conflitos inerentes ao poder, principalmente quando é necessário a sua arbitragem. Por essa razão se explica a existência em quase todas as demissões dos Governos de críticas duras ao Presidente da República em relação a sua moderação, arbitragem e regularização.

Constatamos também, que em todas as demissões, quer por iniciativa do primeiro-ministro, ou mesmo por moção de censura, existem críticas duras dos membros dos Governos aos Presidentes da República quanto as suas competências e atuação dos mesmos em relação ao Governo. O que indica que a figura dos Presidentes, independentemente das limitações constitucionais, está presente em todas as áreas da atividade política, e está na maior parte das vezes a governar e não a fazer cumprir a constituição.

Conclui-se também que um dos motivos da instabilidade política provém da existência de atores políticos no Governo com ligações a interesses financeiros principalmente na administração pública que os condicionam nas suas decisões. Também constatou-se existência de políticos que independentemente das suas ligações partidárias, têm fortes ligações ao Presidente da República que torna o papel dos atores políticos no Governo numa mera figura de manipulação do Presidente e não em governantes capazes de encontrar soluções para os problemas do país.

Verificou-se também uma constante alteração de atitude e de comportamento dos líderes partidários, sempre com a estratégia de capitalizar recursos financeiros, o que coloca em causa a confiança na relação institucional, facto que de certa forma fragiliza as coligações governamentais e relações institucionais e ao mesmo tempo não permite a durabilidade dos Governos.

Pensamos que a consolidação do processo democrático deve ser um esforço conjunto dos são-tomenses, no sentido responsável da sua própria escolha das lideranças que poderá vir a traduzir consequentemente numa estruturação dinâmica de um movimento político que passe a conceber e implementar as grandes reformas do sistema económico, social e cultural à medida da evolução histórica do país.

BIBLIOGRAFIA

- Albarelo, Luc et al. (1997), *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais*, Lisboa Gradiva
- Alegre, Francisco (2005), *Santomensidade*, S.Tomé: Edição UNEAS
- Alesina, Alberto; Sule Ozler; Nouriel Roubini Phillip Swagel (1992), *Political Instability and Economic Growth*, Working Paper No. 4173 pp: 1-35 Disponível em: http://dash.harvard.edu/bitstream/handle/1/4553024/alesina_instabilitygrowth.pdf?sequence=2
- Araújo, Raúl C. (2000) *Os Sistemas De Governo De transição Democrática Nos P.A.L.O.P.* Edição Coimbra Editora.
- Belchior, Ana Maria (2010), *Democracia e Representação Partidária: A Elite Parlamentar e os Cidadãos, Lisboa*, Imprensa de Ciências Sociais, pp 80-85.
- Bratton, Michael e Nicolas van de Walle (1998), *Democratic Experiments in Africa: Regime Transitions in Comparative Perspective*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Brito, Alexandra Barahona de; Cármen González Enríquez e Paloma Aguilar Fernández (2004) *A política da memória: verdade e justiça na transição para a democracia*, Lisboa ICS
- Bobbio, Norberto (1986), *Estado, Governo, Sociedade. Para uma teoria geral da política*, Edição Paz e Terra.
- Bonfim, João do Sacramento (2000), *Os processos migratórios em São Tomé e Príncipe e a corrente portuguesa*, dissertação de mestrado, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Cardoso, Carlos; Elísio Macamo e Nelson Pestana (2002), “Da possibilidade do político na África lusófona, Alguns subsídios teóricos”. *Problemáticas Políticas em África*. (3) Lisboa, Centro de Estudos Africanos do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Julho/Dezembro pp. 7-25.
- Canotilho, J.J. Gomes e Vital Moreira (1991), *Os poderes do Presidente da República*, Coimbra Editora
- Chabal, Patrick (1996), *A Transição Democrática em África: problemas e perspetivas*”, in *Que Estados, que Nações em Construção?* Praia, Cabo Verde: Fundação Amílcar Cabral.
- Chabal, Patrick (2008), “Transições Políticas em Angola: E Pluribus Unum” (prefácio), in Nuno Vidal e Justino Pinto Andrade, *O processo de transição para o multipartidarismo em Angola* 3ª ed, (pp. XXVII-XXVIII) Lisboa e Luanda, Livrarias Nobel
- Cranenburgh, Oda Van (2008), *‘Big Men’ Rule: Presidential Power, Regime Typenand Democracy in 30 African Countries*, Democratization, Vol.15, No.5, pp.952-973
- Cruz, Manuel Braga da (1988) *“O Partido e o Estado no Salazarismo”*. Lisboa: Presença.
- Cruz, M. Braga da (2008) *Teorias Sociológicas “Os Fundadores e os Clássicos”* Fundação Calouste Gulbenkian.
- Dahl, Robert A. (2000), *Democracia*, Lisboa Edição de Temas e Debates, pp:45-188
- Dahl, Robert A. (1971), *Poliarchy: Participation and Opposition*, New Haven and London: Yale University Press.
- Dahl, Robert A. (2005) *Poliarquia: Participação e Oposição*. (Tradução Celso Mauro Paciornik). - 1. ed.1. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. Disponível em: http://www.saudebucalcoletiva.unb.br/ensino/introducao_a_ciencia_politica/23_Dalh_Poliarquia.pdf
- Duverger, Maurice (1985), *Os Grandes Sistemas Políticos*, Coimbra, Almedina.
- Duverger, Maurice (1976), *Ciência Política: Teoria e Método*, Edição Zahar 2ª edição, Rio Janeiro, pp:9-39 Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/28018852/Texto-3-Ciencia-Politica-Teoria-e-Metodo-Duverger>
- Évora, Roselma (2004). *Cabo Verde a Transição política e a transição para a democrática*. Praia: Spleen Edições.

- Évora, Roselma (2009). Poder Legislativo no Regime Democrático em Cabo Verde. Brasília, Tese de Doutoramento. Disponível em: http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=6365
- Fernandes, António Teixeira (2004), “Democracia, descentralização e cidadania”, em José Manuel Leite Viegas, António Costa Pinto e Sérgio Faria (orgs.), *Democracia novos desafios e novos horizontes*, Oeiras, Celta Editora.
- Fernandes, Manuel Vaz Afonso 199-.(sine anno), *Os imbróglis das transições em S. Tomé e Príncipe 1974-1991*, Dissertação de Mestrado em Sociologia. Universidade de Coimbra.
- Figueiredo, Rui Paulo (2004) Aníbal Cavaco Silva E o PSD (1985-1995) *A Pós-Consolidação do regime democrático Português*, Lisboa, Edição de Hugin pp: 21-71.
- Freire, André e Pinto, António Costa (2010) *O poder Presidencial em Portugal*, Edição de D. Quixote.
- Fukuyama, Francis (2006). *A construção de Estados*, (F.J. Azevedo Gonçalves, trad.). Lisboa: Gradiva Publicações. (pp. 15-54).
- Gomes, João Salis (2003) “A Avaliação de Políticas Públicas e a Governabilidade” em Juan Mozzicafredo, João Salis Gomes e João S. Batista (orgs.) (2003) *Ética e Administração*, Oeiras, Celta Editora.
- Graça, Carlos, (2011). *Memórias Políticas de um Nacionalista Santomense Sui Generis*. S.Tomé Edição de UNEAS.
- Gugliano, A.A (2004) Civitas – Revista de Ciências Sociais, v. 4. n. 2, jul.-dez., pp: 257-283 Disponível em:<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/14/1616>
- Jauará, Manuel (2004) Dilema de transição política da África Lusófona. CES Disponível em: <http://www.ces.fe.uc.pt/lab2004/pdfs/ManuelJauara.pdf>
- Lipset, Seymour Martin (1992) *Consenso e Conflito*, Lisboa, Gradiva.
- Lijphart, Arend (1989) *As Democracias Contemporâneas*, Lisboa, Gradiva.
- Lobo, Marina Costa e Octávio Amorim Neto (2009) *O semipresidencialismo nos países de língua portuguesa*, Lisboa ICS.
- Lopes, Fernando Farelo (2000) “Clientelismo Político e Consolidação da Democracia” em José Manuel Leite Viegas e Eduardo Costa Dias (orgs.) *Cidadania, Integração, Globalização*, Oeiras, Celta Editora.
- Lopes, José Vicente (2003) *As causas da independência*. (pp. 75-99) Praia: Edição Spleen.
- Lopes, Nelson Constantino (2010) *Os entraves à construção e consolidação do estado a Guiné-Bissau*. ACSEL, Universidade Lusófona de Lisboa. CIEA7 #34:pp: 1-5.
- Lopes, António Pedro Alves (2012), *A influência do poder presidencial em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe em perspectiva comparada (1991-2011)*, Dissertação de mestrado em Ciência Política, Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa. Disponível em:https://repositorio.iscte.pt/bitstream/10071/2345/1/CIEA7_34_LOPES_As%20for%C3%A7as%20armadas%20num%20Estado%20em%20E2%80%9CInterroga%C3%A7%C3%A3o%20E2%80%9D.pdf
- Macuane, José Jaime (2000) “Liberalização Política e Democratização na África: Uma Análise Qualitativa” *Dados-Revista de Ciências Sociais*, Volume 43, nº4, Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-5258200000400003#back00
- Menezes, Aires Bruzaca (2008), Os desafios de integração para um pequeno país africano insular e periférico. São Tomé e Príncipe, Comunicação, IV *Reunião dos economistas da comunidade de Países de Língua Portuguesa* (CPLP) em Abril, Maputo.
- Nascimento, Augusto (2010) “São Tome e Príncipe na Idade Adulta: A Governação e o Descanso da Rua” revista tempo do mundo v. 2 n. 3 dez.

- Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/historiapos/files/2012/08/STP-na-idade-adulta.pdf>
- Nascimento, Augusto. (2008) *Vidas de S. Tomé segundo vozes de Soncente*. Cabo Verde, Editora, Ilhéu Editora.
- Nascimento, Augusto e Pedro Cardoso (2008) *Atlas da Lusofonia: São Tomé e Príncipe*. Prefacio, Lisboa.
- Navais, Jorge Reis (2007) *Semipresidencialismo, Teoria do sistema de Governo semipresidencialismo*, Lisboa, Edições Almedina.
- Neves, Mauricette (2009), *O poder político e as políticas econômicas no período de transição em São Tomé e Príncipe: do regime socialista para o regime democrático representativo*, Monografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <http://tcc.bu.ufsc.br/Economia291556.pdf>
- Nunes, Filipe Abreu (2003) *Transição e Consolidação Democráticas*, Penélope, n° 28 pp: 107-131 Disponível em: http://www.penelope.ics.ul.pt/indices/penelope_28/28_08_FNunes.pdf
- Ong'ayo, Antony Otieno (2008) *A instabilidade política na África. Onde está o problema e perspectivas alternativas*. Afrika: en continente op drift. Simposio em Setembro Organizado pela Stichting Nationaal Erfgoed Hotel De Werel Disponível em: http://translate.google.pt/translate?hl=pt-PT&langpair=en%7CptPT&u=http://www.diaspora-centre.org/DOCS/Political_Instabil.pdf
- Proença, Carlos Sangreman (1995) *Como Analisar a Governação*, Cesa, Lisboa, ISEG. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/2115>
- Pinto, António Costa (2001), “O fim do império português: a cena internacional, a guerra colonial, e a descolonização, 1961-1975”, *Temas de História de Portugal*, Lisboa, Livros Horizontes.
- Przeworski, Adam et al, A. (2000). *Democracy and Development: Political Institutions and Well-being in the World, 1950-1990*. Cambridge University Press.
- Quivy, Raymond, 2005. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Trad., João Minhoto Marques, Maria Amália Mendes e Maria Carvalho, Lisboa: Gradiva.
- Sanches, Edalina Rodrigues (2010), “Partidos e Democracia: Cabo Verde e São Tomé e Príncipe em perspectivas comparada”, CIEA7 #13: ICS-UL 7.º *Congresso Ibérico de Estudos Africanos*, Lisboa Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL).
- Sanches, Edalina (2011), “Institucionalização dos Sistemas Partidários na África Lusófona: o caso cabo-verdiano,” *Cadernos de estudos Africanos*, (volume n° 20), ISCTE Lisboa., pp.111-138.
- Santo, Armindo C.E. (2008) *Economia de S. Tomé e Príncipe, entre o regime do Partido único e o multipartidarismo*, Edições Colibri, Lisboa.
- Santo, Armindo C.E. (2009) *São Tomé e Príncipe Problemas e Perspetivas para o seu Desenvolvimento*, Lisboa Edições de Colibri.
- Sartori, Giovanni (1994) *La democracia después del comunismo*, Madrid, Alianza Editorial S. A
- Sartori, Giovanni (1987) *The Theory of Democracy Revisited*, Part Two: The Classical Issues, Chatham, Chatham House Publishers.
- Sartori, Giovanni (1995) *Teoría de la democracia El debate contemporáneo*, Alianza Editorial
- Seibert, Gerhard, (2002). *Camaradas, clientes e compadres: colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe*. Lisboa, Vega.
- Seibert, Gerhard (2004), *O Semi-Presidencialismo e o controlo da constitucionalidade em São Tomé e Príncipe*, pp. 137-163 Disponível em: http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/AS08_137.pdf
- Seibert, Gerahard (1998), *São Tomé e Príncipe: Instabilidade Política e Crise Económica Num Micro-Estado Insular*, CES Coimbra.
- Seibert, Gerahard in Lobo, Marina Costa e Neto, Octávio Amorim (2009) *O semipresidencialismo nos países de língua portuguesa*, Lisboa ICS.

- Silveira, Onésimo (2005) *A Democracia em Cabo Verde*, Lisboa: Edições Colibri.
- Sousa, Luís (2004), “Reações da opinião pública à corrupção e descontentamento com a democracia”, em José Manuel Leite Viegas, António Costa Pinto e Sérgio Faria (orgs.), *Democracia novos desafios e novos horizontes*, Oeiras, Celta Editora.
- Vidal, Nuno e Justino Pinto de Andrade (2008), *Sociedade Civil e Política em Angola. Enquadramento Regional e Internacional* (eds) Luanda e Lisboa, Edições de Firmamento, Media XXI
- Viegas, José Manuel Leite [et al.] (2004), *Democracia, novos desafios e novos horizontes*, Lisboa, Celta Editora.

FONTES

- Carta do dia 22 de fevereiro 2013 da primeira comissão da assembleia nacional para presidente da assembleia nacional de TP.
- Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe de 2003
- CRDSTP, Parte III, título II e III (Presidente da República) da Constituição da República de São Tomé e Príncipe.
- Discurso do Presidente da República de transição da Guiné Bissau, Manuel Serifo Nhamajo na 68ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Disponível em: <http://www.gbissau.com/?p=7613>
- Dr Cheikh Tidiane DIEYE, Mars-Avril 2011, Relatório Volume XII Numéro 2, Les Pma entre le marteau des faiblesses structurelles internes et l'enclume des pratiques internationales.
- Relatório da FMI (2012), Fundo Monetário Internacional No. 12/216 de julho.
- Relatório Freedom in the world (2013), Democratic Breakthroughs in the Balance. Disponível em: <http://www.freedomhouse.org/sites/default/files/FIW%202013%20Booklet.pdf>
- Relatório Desenvolvimento Humano.
- Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_pa%C3%ADses_por_%C3%8Dndice_de_Deenvolvimento_Humano_\(2009\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_pa%C3%ADses_por_%C3%8Dndice_de_Deenvolvimento_Humano_(2009))
- Relatório Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento, Ambiente do investimento privado em São Tomé e Príncipe, 2012. Disponível: <http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Project-and-Operations/S%C3%A3o%20Tom%C3%A9-et-Principe%20-%20Environnement%20de%20l%E2%80%99investissement%20priv%C3%A9%20-%20Version%20Portugaise.pdf>
- The Economist Intelligence Unit's index of democracy, 2012
- Lei n.º1/03, de 29 de Janeiro de 2003, DR n.º2 da Lei de Revisão Constitucional
- Orçamento Geral do Estado para 2013 do XV Governo Constitucional. Disponível em: http://www.min-financas.st/pdf/oge/oge2013f/rel_2013.pdf
- Relatório do desenvolvimento Humano de São Tomé e Príncipe, 2002, PNUD
- Relatório African Development Bank Group, “democratic republic of sao tome and principe”, country strategy paper (csp) 2012-2016, regional department west ii (orwb) june 2012 Disponível em: <http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Project-and-Operations/STP%20-%20CSP%202012%20-%202016.pdf>
- Revista do Centro de desenvolvimento da OCDE, Percepções nº63 Abril 2008, “Mais árvores caíram mas a floresta não para de crescer: Tendências recentes na política Africana, pp:1-2
- Disponível em: <http://www.oecd.org/dev/emea/40985930.pdf>
- Jornal TSF Disponível em : http://www.tsf.pt/PaginaInicial/Interior.aspx?content_id=803776

Lei n.º 7/90, de 20 de Setembro de 1990, DR, n.º 13 da Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe

Lei n.º 1/03, de 29 de Janeiro de 2003, DR n.º 2 Lei de Revisão Constitucional

Lei n.º 11/90, Lei Eleitoral

SITES PESQUISADOS

<http://www.kinteglanji.com/index.php/kg-play>

<http://www.telanon.info/politica/2012/11/21/11793/mocao-de-censura-contr-o-Governo-deu-entrada-esta-tarde-no-parlamento/>

<http://www.telanon.info/politica/2012/12/11/12007/comunicacao-do-pr-sobre-a-situacao-politica/>

<http://www.telanon.info/politica/2014/03/12/15883/houve-dialogo-antes-da-queda-de-patrice-trovoada-e-do-seu-Governo/>

<http://nutixaye.wordpress.com/2012/12/07/patrice-trovoada-e-o-seu-Governo-despediram-se-da-nacao/>

<http://www.parlamento.st/>

<http://www.telanon.info/politica/2010/05/27/4139/4139/>

http://www.bbc.co.uk/portugueseafrika/news/story/2008/02/080207_stppmresignationaws.shtml

<http://www.africanidade.com/articles/904/1/Governo-sAo-tomense-sob-pessAo-parlamentar-para-se-demitir/Paacutegina1.html>

<http://pululu.blogspot.pt/2004/09/maria-das-neves-out.html>

<http://notasformais.blogspot.pt/2009/10/embaixador-de-s-tome-e-principe-damiao.html>

<http://www.kinteglanji.com/index.php/kg-play/ondemand?slg=stp-em-linha-de-17-03-2014&orderby=popular>

<http://www.opais.net/pt/opais/?det=30171>

http://www.stj.pt/ficheiros/fpstjptlp/stp_constituicao.pdf

<http://www.panapress.com/>

<https://uk.groups.yahoo.com>

http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?id_news=430503

<http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article49038>

ANEXOS

Guião das entrevistas realizadas pelo autor da presente dissertação

Guião de entrevista exploratória.

Realizadas a: Filinto Costa Alegre, Albertino Bragança, Leonel Mário D'Alva, Edalina Sanches e André Corsino Tolentino.

1. Houve pressão externa para a mudança do regime em STP?
2. Qual foi o principal motivo interno para que tomassem iniciativa de mudança do regime?
3. Quais são os organismos ou doadores (países) que pressionaram nesse sentido?
4. Porquê da primeira versão da constituição ter dado tanto poder ao presidente da república?
5. Houve necessidade em retirar alguns poderes ao presidente. Porquê?
6. Até agora nenhum Governo cumpriu o seu mandato, nem o Governo de maioria. Porquê?
7. O que realmente mudaria nesta democracia para que ela pudesse funcionar em pleno?
8. Com 22 anos do regime democrático STP já teve 17 Governos, e nenhum conseguiu cumprir a legislatura. Você acha que realmente a democracia está a funcionar?
9. Qual é a sua opinião em relação aos Governos de iniciativa presidencial?
10. O que pensa em relação a todas as instituições inerente ao regime democrático. Funciona?
11. Instabilidade, existe?
12. Qual é o regime que combina mais com STP? Regime Presidencial ou Semi-presidencial?

Guião da segunda ronda de entrevistas.

Realizadas a: André Corsino Tolentino e Arlindo Afonso de Carvalho

1. STP desde 1991 até a data, STP tem vivido uma persistente instabilidade governativa, com sucessivas quedas dos Governos. Atendendo a este facto, na sua opinião, qual é a principal razão para as sucessivas quedas dos Governos?
2. Qual é a responsabilidade da oposição nas sucessivas quedas Governos? Porquê? Ou será que, considera que o presidente da república e o seu poder constitucional e simbólico, têm tido maior influência nas sucessivas quedas dos Governos? Em que medida?
3. Na sua opinião deveriam ser introduzidas alterações no funcionamento do sistema político de STP de modo a superar o problema das quedas dos Governos, ou este problema e a instabilidade fazem parte do processo democrático e devem ser aceites?